

AGENDA 21 LOCAL

Experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

AGENDA 21 LOCAL

Experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil

Fortaleza - Ceará
2003

Copyright – 2003 by FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

Editores Responsáveis

Klaus Hermanns

Miguel Macedo

Coordenação Editorial

Angela Küster

Revisão e tradução texto

de Gerhard Osadnik

Miguel Araújo

Capa e Editoração

Alfredo Junior

Impresso em papel reciclado

A21

Agenda 21 local - Experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil /
[Klaus Hermanns, Miguel Macedo] - Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

99 p. : 21 X 15 cm.

ISBN 85-7504-050-2

1. Política ambiental - Brasil. 2. Política ambiental - Alemanha. 3. Desenvolvimento sustentável - Brasil 4. Desenvolvimento sustentável - Alemanha 1. Konrad-Adenauer-Stiftung

CDD-363.70981

Todos os direitos desta edição reservados à

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER

Av. Dom Luís, 880 - Salas 601/602 - Aldeota

60160-230 - Fortaleza - CE - Brasil

Telefone: 0055 - 85 - 261.9293 / Telefax: 00 55 - 85 - 261.2164

www.adenauer.com.br

e-mail: kas-fortaleza@adenauer.com.br

Impresso no Brasil - Printed in Brasil

Índice

OS AUTORES	7
PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	11
1. AGENDA 21 COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS Pedro Ivo Batista	13
2. AGENDA 21: INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÕES PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS Rubens Harry Born	23
3. A AGENDA 21 LOCAL NA ALEMANHA: EXPERIÊNCIAS DA CIDADE DE GELSENKIRCHEN NO ESTADO DA RENÂNIA DO NORTE-VESTFÁLIA Gerhard Osadnik	35
4. AGENDA 21 LOCAL NO CEARÁ - A EXPERIÊNCIA DE MARANGUAPE, CONQUISTAS E DESAFIOS Marcelo Silva	43
5. A AGENDA 21 EM ITAPAJÉ - AVANÇOS E DESAFIOS Francisco Carlos Bezerra e Silva (Cacá) Maria Luiza Mesquita da Silva Braga	57
5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL – A EXPERIÊNCIA DE NATAL – RIO GRANDE DO NORTE Dione Maria de Freitas	61

6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL - A EXPERIÊNCIA DA AGENDA 21 DA FLORESTA EM BELTERRA Paulo Roberto Sposito de Oliveira (Magnólio)	77
ANEXOS	
Carta de Maranguape	91
Resultados das Oficinas	95

Os Autores

Pedro Ivo Batista é Coordenador da Agenda 21 Brasileira, Coordenador da Rede Brasileira de Ecosocialismo e membro da Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT (SMAD-PT).

Rubens Harry Born é engenheiro civil com especialização em engenharia ambiental; mestre em saúde pública (gestão de águas e reuso de esgotos) e doutor em saúde pública e ambiental (regimes internacionais ambientais). Coordenador executivo do Vitae Civilis - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz; Membro da CPDS – Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 brasileira como representante do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais em Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente; membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê; representou e coordenou delegação de ONGs brasileiras nas sessões preparatórias da ONU e na Rio-92.

Gerhard Osadnik, 51 anos, é biólogo com tese de diploma com tema ecológico em Madagascar. Desde 1986 é funcionário da prefeitura de Gelsenkirchen; na Secretaria de Meio Ambiente, de 1989 a 1992 foi coordenador da área de Contaminação Antiga e de Proteção Contra Emissão; de 1992 a 1996 atuou como coordenador do Departamento de Proteção Ambiental; desde 1997 é coordenador do Departamento de Planejamento Ambiental, Informações Ambientais e Agenda 21. Como outra atividade profissional é docente e examinador de Capacitação Profissional.

Marcelo Silva, 57 anos, arquiteto com especialização em urbanismo pela Universidade Federal do Ceará, nascido na cidade de Maranguape e prefeito reeleito do município de Maranguape (1997-2004). Atualmente é presidente regional do Partido Verde do Ceará e membro da executiva nacional dirigindo os trabalhos da secretaria de assuntos do executivo do PV brasileiro. É secretário executivo da Associação dos Prefeitos e Municípios do Estado do Ceará – APRECE.

Francisco Carlos Bezerra e Silva- Cacá, radialista com experiência em moderação e metodologias de participação. Foi Coordenador de Área do Projeto Aproveitamento dos Açudes Públicos do Estado do Ceará -PAPEC (IBAMA-GTZ/GOPA-DNOCS) no período de 1990-1998. Foi consultor da Agência Nacio-

nal de Águas -ANA no processo de implantação dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios São Francisco e Doce. Tem desenvolvido trabalhos independentes no âmbito de planejamento educacional, ambiental e de desenvolvimento da Política de Recursos Hídricos. É consultor da Secretaria Municipal da Educação em Itapajé para Planejamento e Monitoramento do Sistema Municipal de Ensino.

Maria Luiza Mesquita da Silva Braga, pedagoga com especialização em psicopedagogia. Foi Secretária Municipal de Ação Social de Itapajé e Diretora do Patronato São José, na mesma cidade. É Secretária de Educação do Município de Itapajé

Dione Maria de Freitas, agrônoma, mestranda em Desenvolvimento e Meio ambiente, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, assessora técnica da Associação de Apoio às Comunidades de Campo - AACC/RN, parceira da Fundação Konrad Adenauer e Coordenadora da Agenda 21 de Natal/RN.

Paulo Roberto Sposito de Oliveira (Magnólio), advogado, assistente social e coordenador de comunicação do Projeto Saúde e Alegria do Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (CEAPS), Santarém/PA, parceiro da Fundação Konrad Adenauer.

Prefácio

A importância estratégica que a Agenda 21 conquistou levou o atual governo a considerá-la como Programa no Plano Plurianual do Governo - PPA 2004-2007, onde se reafirma a prioridade do nível local na concretização de políticas públicas sustentáveis, conforme já apontava a Agenda 21 Global e a Agenda 21 Brasileira.

Incorporar nas políticas públicas nacionais, assim como nas ações dos diferentes segmentos sociais, os princípios da sustentabilidade não é tarefa fácil, que mostre seus resultados em curto espaço de tempo. Ao contrário, é um desafio, um processo, que exige mudanças culturais, de hábitos arraigados há muito em nossa sociedade. Sociedade, que deverá superar a visão de desenvolvimento a partir apenas de espaços a serem ocupados e de recursos a serem apropriados, e entendê-la como possibilidade de construção coletiva, geradora de qualidade de vida.

Nesse sentido, nossa função vai além do ato de definir e implementar políticas. Somos responsáveis por colaborar na realização de uma mudança maior de nossos rumos e atitudes, que seja fruto de um esforço integrado dos governos e da sociedade civil. Isso implica em desenvolvermos capacidade de mobilização, de união; de transformar conflitos de interesse em cooperação; de estabelecer o consenso a partir da nova ética que surge nas relações entre homem e natureza de forma a gerar alternativas para o uso dos recursos ambientais, que sejam mais sustentáveis, ecologicamente corretas e socialmente justas.

■ **Agenda 21 local** experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil

A Agenda 21 Local apresenta-se como um excelente instrumento de estímulo e ação para trilharmos esse caminho. Por isso, reafirmamos nosso agradecimento e nossa parceria com a Fundação Konrad Adenauer que, com esta publicação, mais uma vez deixa claro seu comprometimento e envolvimento na construção de uma nova sociedade mundial.

Gilney Viana
Secretário de Políticas
para o Desenvolvimento Sustentável
Ministério do Meio Ambiente

Apresentação

Desde o acordo entre os 179 países representados na Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, a Agenda 21 tornou-se um instrumento para promover a discussão sobre o novo paradigma da sustentabilidade, tanto em nível internacional como em nível nacional, com foco no desenvolvimento local.

Vários municípios começaram a se preocupar com a sustentabilidade do desenvolvimento local e iniciaram a elaboração da sua Agenda 21. O ponto central nesse processo é o levantamento das prioridades do desenvolvimento de uma comunidade e a formulação de um plano de ação. Além da administração municipal os empresários e os atores da sociedade civil são chamados para participar do planejamento com o diagnóstico da situação atual e das oportunidades para o desenvolvimento do município. Com isso, o processo implica no necessário fortalecimento da democracia local e a integração de assuntos sociais, econômicos, ecológicos e culturais na visão da sustentabilidade a longo prazo.

A presente publicação oferece uma introdução à discussão sobre a Agenda 21 local com exemplos de municípios no Norte e Nordeste do Brasil e na Alemanha. As experiências do município alemão Gelsenkirchen, no Estado Renânia do Norte-Vestfália, de Maranguape e Itapajé, no Ceará, de Natal, no Rio Grande do Norte e de Belterra, no Pará, mostram a diversidade das estratégias e a sua adaptação à cada realidade local.

A Fundação Konrad Adenauer promove a troca de experiências sobre o tema com o objetivo de concretizar a Agenda 21 Local e o conceito da sustentabilidade.

A conferência internacional de Maranguape, de 17 a 18 de março de 2003 ofereceu um fórum informativo para a troca de ideias entre os aproxima-

damente 300 participantes, com um grande número de representantes municipais. Devido a presença do Governador do Estado do Ceará e do Secretário de Desenvolvimento Local e Regional, assim como da Secretária-Adjunta de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, o evento ganhou relevância política. Ao mesmo tempo, ofereceu a oportunidade de incluir experiências concretas dos parceiros da Fundação Konrad Adenauer: da Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AACC) em Natal (Rio Grande do Norte), do Projeto Saúde e Alegria em Belterra (Pará) e do Instituto do Homem em Cururupu (Maranhão)¹, com a contribuição da Oficina Municipal de São Paulo. A Carta de Maranguape, elaborada no evento, foi publicada como anexo no jornal O Povo, edição de 13 de abril, e deu impulsos ao debate sobre a sustentabilidade no Estado do Ceará.

O escritório da Fundação Konrad Adenauer em Fortaleza elaborou como subsídios para a concretização da Agenda 21 publicações sobre métodos e instrumentos da participação cidadã, referindo-se ao planejamento municipal e ao orçamento participativo.

Klaus Hermanns
Representante da Fundação
Konrad Adenauer no Nordeste
e Norte do Brasil

1 A experiência de Cururupu foi relatada no artigo “Agenda 21 Local no Maranhão” por Flavia Rebelo Mochel e Josemar de Souza Lima, publicado em: Rio + 10 = Joanesburgo, Rumos para o Desenvolvimento Sustentável, Fundação Konrad Adenauer, Série Debates N° 25, 2002

Agenda 21 como instrumento de construção de sociedades sustentáveis

Pedro Ivo Batista

1. Terra: Nossa casa comum continua sofrendo com a crise ambiental planetária

No livro *De Pernas para o Ar (A escola do mundo ao avesso)*, o escritor uruguaio Eduardo Galeano, analisando a situação da crise ambiental planetária conclui que vivemos num grave e perigoso paradoxo: obtivemos um avanço fantástico no campo da ecologia, mas a degradação ambiental continua avançando.

A tese de Galeano se justifica porque os instrumentos definidos no chamado Ciclo Social da ONU e em outros acordos internacionais voltados para a mudança global do modelo de produção e consumo não estão sendo utilizados, ou seja, a proposta de criar condições para uma governança mundial que possa realizar um trânsito para as sociedades sustentáveis, invertendo a lógica predatória do atual modelo, não está sendo posta em prática na urgência em que a dinâmica sócio-ambiental necessita.

Assim, tendo como referência o período desde a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Rio 92 - até os dias de hoje, podemos afirmar que as propostas para enfrentar a crise ambiental planetária não se efetivaram no seu sentido mais amplo. Isso acontece em função do modelo capitalista que cada vez mais se apropria indevidamente dos recursos

naturais, fomentando uma lógica que não satisfaz as reais necessidades humanas e um modelo de produção e consumo insustentáveis que fortalece as imposições do mercado, notadamente das grandes empresas multinacionais e transnacionais. Cabe também destacar o papel das mídias que cada vez mais desprovidas de sentido ético, funcionam como reforço fundamental do atual sistema.

Essa lógica mercantilista torna-se ainda mais cruel sob a hegemonia do neoliberalismo, que aprofunda a mercantilização da vida, reduzindo a natureza e o ser humano a meros instrumentos do mercado globalizado.

É nessa perspectiva que se realizam as atuais guerras, tendo como uma das características fundamentais a disputa pelo controle dos recursos da natureza, vide a disputa dos Estados Unidos e da Inglaterra para obterem o controle do petróleo no Oriente Médio. Ou também os rumos das privatizações que cada vez mais tendem a se dirigir aos recursos naturais. A água e as sementes, por exemplo, estão na mira do grande capital.

É por isso que os mecanismos de mudanças globais não são efetivados pela maioria dos grandes países capitalistas, pois isso significaria “frear” a mercantilização da vida, criando uma mudança efetiva no modelo de produção e consumo mundial. Ao invés de efetivarem esses mecanismos, os detentores do poder do mundo se apropriaram, em certa medida, do discurso ambientalista, esvaziando o seu sentido mais transformador e reduzindo a questão da sustentabilidade a uma visão de desenvolvimento sustentável que não pressupõe ruptura com o atual sistema. Assim, na visão “eco-capitalista”, a Agenda 21 vira retórica, já que não efetiva sua implementação, ou o faz de forma tardia, como resposta a pressões do movimento ambientalista, tentando sempre dificultar a participação da sociedade. Nessa mesma lógica, várias das Convenções e Tratados internacionais de proteção ao meio ambiente, como é o caso do Protocolo de Kioto, sofrem restrições ou não são implementados.

2. O Brasil, a Agenda 21 e a luta pela sustentabilidade

O Brasil se insere dentro da lógica mundial analisada acima. O período de hegemonia do modelo neoliberal, notadamente dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, aprofundou a degradação do meio ambiente. O discurso a nível internacional era o de compromisso com as orientações da Rio-92, mas na prática, o Avança Brasil, programa estruturante do desenvolvimento do país, só aumentou a destruição da natureza e agravou os problemas sócio-ambientais.

Nessa conjuntura a Agenda 21 brasileira teve dificuldade de ser efetivada. Seu processo de construção foi iniciado em 1997, depois dos reclames dos movimentos ambientalistas, sob a liderança do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; das iniciativas de Agendas 21 locais efetivadas pela sociedade civil e; principalmente, em função do Brasil sediar um encontro de balanço da Rio-92, a chamada Rio+5, que tinha o início do processo de Agenda 21 como condição de participação dos países.

Pressionado pelo contexto da época, o Governo Fernando Henrique Cardoso criou o Decreto para efetivar o processo de elaboração da Agenda 21 brasileira, instituindo a CPDS (Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Nacional), composta de dez membros, sendo cinco governamentais e cinco membros da sociedade civil. Destes, apenas um foi realmente escolhido pela sociedade, o representante do Fórum Brasileiro.

Não obstante as limitações da CPDS, foi ela a principal responsável pela formulação da Agenda 21 Brasileira, tendo seu documento consolidado em 2002, após um processo de ampla consulta popular. O documento se referenciou na Agenda 21 planetária, mas fazendo uma leitura da realidade nacional. Definiram 21 ações prioritárias que orientam o desenvolvimento do país.

3. Ações prioritárias da Agenda 21 Brasileira

Objetivo 1

Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício

Objetivo 2

Ecoeficiência e responsabilidade social das empresas

Objetivo 3

Retomada do planejamento estratégico, infra-estrutura e integração regional

Objetivo 4

Energia renovável e a biomassa

Objetivo 5

Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável
Inclusão social para uma sociedade solidária

Objetivo 6

Educação permanente para o trabalho e a vida

Objetivo 7

Promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS

Objetivo 8

Inclusão social e distribuição de renda

Objetivo 9

Universalizar o saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde
Estratégia para a sustentabilidade urbana e rural

Objetivo 10

Gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana

Objetivo 11

Desenvolvimento sustentável do Brasil rural

Objetivo 12

Promoção da agricultura sustentável

Objetivo 13

Promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável

Objetivo 14

Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável
Recursos naturais estratégicos: água, biodiversidade e florestas

Objetivo 15

Preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas

Objetivo 16

Política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade
Governança e ética para a promoção da sustentabilidade

Objetivo 17

Descentralização e o pacto federativo: parcerias, consórcios e o poder local

Objetivo 18

Modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos

Objetivo 19

Relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 20

Cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação

Objetivo 21

Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade

A Agenda 21 Brasileira, apesar de seu processo tardio e de várias lacunas e imprecisões, representa um avanço importante no planejamento do desenvolvimento, já que ela analisa o desenvolvimento procurando compatibilizar o crescimento econômico, o equilíbrio ambiental e a justiça social, além de, pela primeira vez na história republicana, ter realizado um processo de consulta à sociedade sobre os rumos do desenvolvimento.

Todavia, é importante ressaltar que a Agenda 21 Brasileira, só poderá realmente se constituir em um instrumento de política pública se assumida pelo atual governo e pela sociedade. Essa tarefa não é fácil, pois requer uma mudança radical na lógica do pensamento dominante. Por outro lado, só haverá avanço pela sustentabilidade do Brasil com a consolidação de um planejamento participativo que abra o caminho para mudar o modelo de desenvolvimento. Nesse sentido a Agenda 21 se torna uma importante ferramenta para esse processo, o “abre alas” para iniciar as mudanças para um Brasil sustentável.

4. O Governo Lula e Agenda 21

A eleição de Lula representa um momento histórico no Brasil. Pela primeira vez um partido de esquerda, tendo à frente uma liderança operária, conquista um governo central. Seu programa de governo critica o atual desenvolvimento excludente e predatório e propõe um novo modelo que priorize o mercado interno, gere renda e emprego, incentive a participação popular e preserve o meio ambiente.

Essas premissas básicas convergem, em linhas gerais, com as diretrizes centrais da Agenda 21 Brasileira. Não é por acaso que, na parte sócio-ambiental do programa, a importância da Agenda 21 é citada textualmente.

Ao assumir, o Presidente Lula nomeia a Senadora Marina Silva como Ministra do Meio Ambiente, demonstrando a importância do tema ambiental para o seu governo.

O novo Ministério do Meio Ambiente elaborou as diretrizes para uma nova política ambiental brasileira definindo como eixos centrais: a transversalidade de ações da política ambiental, o desenvolvimento sustentável, a participação e o controle social e o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

Recentemente, ao iniciar o processo de discussão do Plano Plurianual do País (PPA 2004/2007), o governo assume a variável ambiental, como um dos cinco eixos fundamentais para pensar o desenvolvimento e, no dia 05 de junho, dia mundial do Meio Ambiente, lança a Conferência Nacional de Meio Ambiente, criando um espaço inovador e participativo para decidir a política ambiental do país.

Esse conjunto de medidas se relaciona diretamente com a Agenda 21 Brasileira, fortalecendo-a e abrindo uma nova perspectiva para sua interiorização no conjunto das políticas nacionais e locais.

5. As novas diretrizes da Agenda 21 Brasileira

Analisando o processo de elaboração e pensando na implementação da Agenda 21, o Ministério do Meio Ambiente, no âmbito da CPDS, vem definindo as novas diretrizes da Agenda.

É importante ressaltar que a Agenda 21 é um instrumento de planejamento para a sustentabilidade, democrático e participativo, que tem como ponto central à inclusão do conjunto da sociedade na sua construção e no controle de sua implementação. Ou seja, a construção da Agenda 21 deve ser temperada pelo debate entre os vários segmentos da sociedade, advindo da lógica direta dos processos sociais concretos. Trata-se, portanto de assimilar as contribuições dos atores sociais, buscando identificar os consensos e os dissensos, implementando ações acordadas entre os diferentes grupos, mas entendendo, sempre, que numa sociedade de classes o conflito é um elemento inerente e dinâmico dos processos sociais e que é a partir dele que poderemos chegar aos consensos necessários. Vale na Agenda 21 a máxima da unidade na adversidade.

A Agenda 21 Brasileira guarda semelhança metodológica com a Agenda 21 global, assim como as Agendas 21 locais referenciam-se na nacional. Toda via a Agenda Local é consideração de primeira ordem em cada processo. Dessa forma, a implementação da Agenda 21 brasileira só terá êxito se estiver inserida

na realidade brasileira, com seus contrastes e diversidade. Sabendo-se da estreita relação da degradação ambiental com a degradação social, a Agenda 21 é também um poderoso instrumento de justiça sócio-ambiental.

Outra questão que merece ser ressaltada é a natureza democrática da Agenda 21. Ela é um instrumento fundamental de democracia participativa na medida em que incorpora o cidadão e a cidadã no processo de elaboração, implementação e controle do planejamento e, também, de cidadania ativa, já que as pessoas exercem plenamente sua ação política no dia-a-dia e não apenas nos processos eleitorais. Talvez, em função dessas características é que a Agenda 21, e particularmente sua versão local, tenha a resistência de parlamentares conservadores. Cabe, no entanto, saudar a iniciativa da formação da Frente Parlamentar Mista pela Agenda 21, no âmbito do Congresso Nacional e do Senado, bem como, o interesse cada vez maior de gestores e câmaras municipais pela elaboração da Agenda 21 em suas cidades.

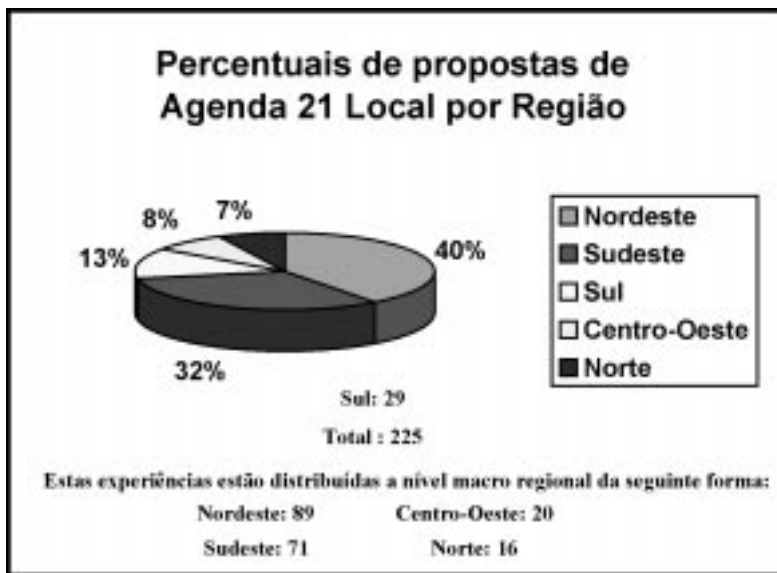
Para efetivar sua implementação a Agenda 21 necessita de um arranjo político-institucional que garanta um espaço, tanto político, como jurídico, capaz de acolher todos os atores sociais interessados no processo.

Partindo dessas premissas, o Governo Brasileiro vem discutindo na CPDS as novas diretrizes da Agenda 21 Brasileira e adotando medidas concretas para implementá-las.

Nesse contexto, a Coordenação da Agenda 21 Brasileira na atual gestão, passou a integrar a Secretária de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, para melhor articular a transversalidade das políticas ambientais, bem como, internalizar a Agenda 21 Brasileira nas políticas públicas, ressaltando a articulação das 21 ações prioritárias da Agenda com os programas prioritários do Governo Federal e definindo os procedimentos necessários à atualização da consulta feita à sociedade brasileira.

Outra ação fundamental é construir as Agendas 21 Locais, já que de 1997 a 2002 a diretriz central foi formular a Agenda 21 Brasileira. Essa nova orientação vem no sentido de fortalecer a comunidade local, pois, a partir deste espaço social, é possível pensar um planejamento estratégico, adotar processo de construção do desenvolvimento sustentável local e avançar nas resoluções dos graves problemas sócio-ambientais que afetam a sociedade brasileira.

Para efetivar essa ação, o governo conta com uma equipe técnica da Coordenação da Agenda 21 para ajudar na construção de processos das Agendas Locais e, sob a responsabilidade do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), disponibilizará, ainda esse ano, recursos financeiros, acessados via concorrência pública, para a construção das Agendas 21 Locais. A meta é saltar de 225 processos de Agendas Locais existentes para 1.500, em quatro anos.



Para garantir o programa de ações da Agenda 21 Brasileira, é fundamental fortalecer o processo de participação da sociedade civil, por um lado e de entidades governamentais, por outro.

Nesse sentido está em curso a reestruturação da CPDS, que deverá ampliar a participação dos atores governamentais e não governamentais, bem como, terá suas atribuições e responsabilidades ampliadas para conduzir a fase da implementação da Agenda 21, onde as agendas locais têm um papel particularmente relevante.

Também será efetuado um programa de formação continuada para membros do governo e da sociedade civil, para ajudá-los na condução do processo de construção da Agenda 21. Aqui cabe destaque a articulação com a Política Nacional de Educação Ambiental, conduzida pelo Ministério da Educação e Meio Ambiente, para que esse projeto tenha pleno êxito.

6. Conclusão

O Ministério do Meio Ambiente de acordo com as diretrizes do novo governo, está consciente do enorme desafio que é mudar o atual modelo de desenvolvimento e iniciar a construção de um Brasil sustentável. Tem também a clareza do conjunto de limitações políticas, econômicas, sociais e culturais que dificultam esse processo. No entanto, não existe alternativa para quem

quer compatibilizar crescimento econômico, com equilíbrio ambiental e justiça social, sem alterar profundamente o modelo secular que vem destruindo o nosso país. Assim, em busca do tempo perdido e apoiado na sociedade civil, busca-se construir as bases para a sustentabilidade do Brasil, com ousadia, criatividade e determinação. Nesse processo, sem nenhuma dúvida, a Agenda 21 é um importante instrumento. Vamos então construí-la.

Referências Bibliográficas

BOFF, Leonardo. *Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres*. São Paulo: Editora Ática.

GALEANO, Eduardo. *De Pernas Para Ar (A escola do mundo ao avesso)*. São Paulo: Companhia das Letras.

LOWI, Michael et alii. *Manifesto Ecosocialista Internacional*.

Construindo a Agenda 21 Local. 2. ed. revista e atualizada. Brasília: MMA, 2003.

Agenda 21 Brasileira – Resultado da Consulta Nacional. Brasília: MMA/PNUD, 2002.

■ **Agenda 21 local** experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil

Agenda 21: instrumento de transformações para sociedades sustentáveis

Rubens Harry Born

1. Introdução

Início esse texto com o que poderia ser sua conclusão, mas é sobretudo sua premissa fundamental: a Agenda 21, em qualquer esfera, constitui-se em processo e instrumento de transformações do conteúdo e das formas de elaborar e gerir políticas de desenvolvimento. Embora, no Sistema Nações Unidas, somente os Estados Nacionais tomem decisões formais, a Agenda 21 global, assinada na Rio-92, configurou, como produto, um processo de negociação de programas para a transição para o desenvolvimento sustentável, que envolveu e pactuou atores bastante diversos (agricultores, empresários, cientistas, indígenas, sindicalistas, jovens, mulheres, ONGs ambientalistas, autoridades locais, etc.), com atuação local, nacional ou internacional, e baseou-se, pelo menos formalmente, em princípios de equidade, precaução, transparência, salubridade e seguridade ambiental, gestão participativa, entre outros expressos na Declaração do Rio de Janeiro para o Desenvolvimento e Meio Ambiente. Entendo que Agendas 21 locais devem ser compreendidas no marco de processos participativos de planejamento e gestão do desenvolvimento humano para a transição e construção de sociedades sustentáveis.

Muitos consideram a Agenda 21, em qualquer esfera, da global (a da Conferência Rio-92) às locais, como um programa de ações. De fato, sua gênese esta vinculada à idéia de se identificar ações a serem realizadas em prazo

curto e médio, cujos efeitos, em qualquer tempo, colaborem para a transformação de práticas, tecnologias, enfoques, instituições, indicadores e valores utilizados para orientar as atividades econômicas, políticas, culturais e sociais, entre outras dimensões das civilizações humanas. Entretanto, penso que a Agenda 21, especialmente em escala nacional e global, dada a generalidade de vários de seus programas e ações, pode ir além destas, e colaborar na identificação, elaboração e implementação de estratégias e políticas de desenvolvimento. Dado o seu caráter necessariamente participativo, a Agenda 21 tem o efeito potencial de promover a sensibilização de atores sociais, mobilizando-os para a cidadania, isto é, para a atuação na discussão, formação, gestão e monitoramento de políticas.

Portanto, a Agenda 21 pode desempenhar função adicional de educação “ambiental”, ou seja, a sensibilização e promoção de atitudes e práticas pertinentes às mudanças de padrões de consumo e produção, de tecnologias, de posturas perante os processos sociais e ecológicos, de valorização da ética de vida, o respeito à diversidade. Nesse sentido, e complementando o caráter de instrumento de planejamento participativo, a Agenda 21 (local ou nacional) pode servir para sensibilizar a população e suas lideranças quanto aos desafios da construção de sociedades plurais, justas e ambientalmente sadias, contribuindo para fortalecer as responsabilidades individual e corporativa, sinais de cidadania planetária e assentadas na base das diversidades biológica, étnica, racial, religiosa, etc.

Também é inerente ao processo-instrumento Agenda 21 a proposição de valores e de ética subjacentes às sociedades sustentáveis; e, portanto, a *Carta da Terra* e a *Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, com seus 27 princípios, devem formar o conjunto básico para qualquer experiência e projeto de Agenda 21.

Atualmente, algumas dezenas, entre os mais de cinco mil municípios brasileiros, desenvolveram ou iniciaram processos de Agenda 21 local, por vezes sequer identificada como tal, mas denominada de processo DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, ou Agenda rural. Algumas instâncias, como comitês de bacia hidrográfica, como em São Paulo, dispõem de seus respectivos planos de bacia, os quais poderiam ser enriquecidos ou fundamentados por Agendas 21 das mesmas bacias. Agendas 21 comunitárias ou em bairros, urbanos ou rurais, podem desempenhar papel importante também na consolidação de ações que objetivam a melhoria das condições de vida e dos espaços e equipamentos sociais comuns (escolas; serviços de saúde; transporte público; cooperativas; patrimônio histórico, cultural e paisagístico; etc.), eaju-

dam a fortalecer atitudes de solidariedade e cidadania. Exemplos disso são os processos ocorridos no bairro rural do Guapiruvu (município de Sete Barras, SP) e urbano do Butantã (São Paulo, SP); no âmbito do projeto Ibere, envolvendo grupo de municípios na região de Chapecó (SC) e no município de Volta Redonda¹.

Na esfera estadual, ainda poucos resultados foram efetivados naqueles que deram início à construção de Agendas 21 específicas, mesmo que inspiradas na Agenda 21 global. Importante notar que a análise de qualquer experiência de Agenda 21 deve levar em conta a amplitude de temas, de um lado, e os desafios inerentes a uma necessária cultura de participação na formulação e gestão de interesses públicos, o que certamente encontra a inércia dos atores hegemônicos ou daqueles que esperam do Estado ou do mercado as soluções prontas para seus problemas.

Mesmo não sendo, até o momento, um instrumento de consideração central pelos tomadores de decisões, a Agenda 21 brasileira revela o potencial social e institucional, nada desprezível, que existe para as transformações necessárias em todos os campos para a viabilização de um País que pretende ser uma sociedade justa e ambientalmente responsável.

2. Uma retrospectiva do processo da Agenda 21 brasileira

Em 1994 e 1995, foram realizados em São Paulo, por iniciativa do Instituto Vitae Civilis, e com o apoio do MMA (Ministério do Meio Ambiente), do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), e Secretarias Estaduais de Saúde e do Meio Ambiente, dois seminários nacionais² que envolveram lideranças de diferentes segmentos e de três esferas de governo, para a partir da análise de programas específicos da Agenda 21 global, propor adequadas ações e estratégias para sua implementação no Brasil através da formulação de uma agenda 21 nacional. O FBOMS (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento), também em parceria com o MMA, deu seqüência, em 1996, a tais iniciativas e buscou pressionar a concretização da CIDES (Comissão Interministerial de Desenvolvimento Sustentável), criada em 1994 pelo ex-presidente Itamar Franco.

Como a CIDES jamais foi efetivada, e tendo em vista a realização de

1 Veja o vídeo “Agenda 21 local”, produzido em 2002 por Vitae Civilis & Altermidia. Disponível no Instituto Vitae Civilis (www.vitaecivilis.org.br).

2 Para mais informações, visite o site www.vitaecivilis.org.br e busque Agenda 21.

eventos sobre os cinco anos da Rio-92, inicialmente um da sociedade civil internacional no Rio de Janeiro, em marco de 1997, e depois a Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU sobre os Rio-92 (Rio+5), em junho, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso criou, em fevereiro do mesmo ano, por um decreto presidencial, a CPDS (Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 brasileira)³. A CPDS começou a funcionar em junho de 1997, com o objetivo central de coordenar a elaboração e implementação de uma Agenda 21 nacional.

A primeira etapa do trabalho foi a definição da metodologia de elaboração da Agenda 21, que incluiu a definição de seis temas básicos de trabalho: agricultura sustentável, gestão de recursos naturais, cidades sustentáveis, infraestrutura e integração regional, redução das desigualdades sociais e, finalmente, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. No final de 1998, após duas licitações, os estudos foram contratados e preparados por consórcios em duas etapas de *workshops* com especialistas e lideranças nos temas. Tais documentos subsidiaram a versão preliminar da Agenda 21, denominada *Agenda 21 brasileira: bases para discussão*⁴, e que continha as propostas de estratégias e ações que constituíram a parte programática do texto aprovado pela CPDS em dezembro de 1999. Vale salientar que, para a composição dessa versão preliminar, a CPDS contou com um consultor que, com base nos diagnósticos temáticos e nas discussões políticas da Comissão, indicou os desafios e os entraves ao desenvolvimento sustentável no Brasil.

Vale lembrar, ainda, que, após a conclusão dos documentos temáticos, o processo ficou travado e ameaçado por quatro motivos ou desafios fundamentais. Primeiro, a ausência de debate prévio na CPDS e, portanto, de orientação estratégica e metodológica de como utilizar e consolidar os seis produtos temáticos (referidos acima: cidades sustentáveis, agricultura sustentável, etc.) como subsídios e instrumentos do processo de construção da Agenda 21. Segundo, a dificuldade de consolidação do documento-instrumento de discussão pública da Agenda 21, dado que os seis produtos temáticos adotaram distintos conceitos de desenvolvimento sustentável como referência, implicando na potencial criação de dificuldades políticas ou mesmo de propostas contraditórias. Terceiro, a necessidade de se definir uma estratégia de disseminação da Agenda, com a *mobilização da* e *mobilizando a* sociedade, em seus vários

3 Consulte esse documento e saiba mais sobre a CPDS em www.mma.gov.br.

4 Ver também em www.mma.gov.br.

segmentos e, em especial, da mídia, para que se pudesse, de um lado, obter a participação mais ampla possível e, de outro lado, contribuir para o quarto e não menos importante desafio: o respaldo e inserção social para a efetiva implementação da Agenda 21.

Em relação a este último aspecto, é bom ressaltar que alguns setores governamentais pensavam que a mera consolidação dos seis textos temáticos já seria suficiente para a composição da Agenda 21 brasileira. Já os representantes de segmentos da sociedade civil e outros membros da CPDS entendiam que a Agenda 21 brasileira deveria ser fruto de amplo debate nacional, o que favoreceria sua implementação em etapa posterior.

Em meados de 2000, após a apresentação pública ao Presidente Fernando Henrique Cardoso do documento “*Agenda 21 brasileira: bases para discussão*”, iniciou-se a etapa de recebimento de emendas e sugestões, tendo sido realizados 26 debates nos 27 Estados. A fase seguinte, de junho a outubro de 2001, tratou de consolidar os consensos e explicitar as prioridades, as propostas específicas e eventuais dissensos em cada uma das cinco regiões do país, a partir da perspectiva regional, com base nas emendas apresentadas na etapa anterior.

Concluídas as etapas dos debates estaduais e regionais da Agenda 21 brasileira, uma certeza havia sido estabelecida por todos os membros da CPDS: o processo da Agenda brasileira, até então, destacava-se não somente no âmbito internacional, mas também como um singular processo nacional de elaboração participativa de programa ou de política pública.

Naquela etapa dos debates estaduais, foram enviadas 5.839 emendas, propostas por organizações de todos os segmentos, sendo que nos eventos participaram quase 4.000 pessoas. Os debates regionais envolveram também centenas de pessoas e diversas organizações de fomento (Caixa Econômica Federal, BASA (Banco da Amazônia); Banco do Nordeste, Banco do Brasil, etc.) engajaram-se no processo de discussão pública da Agenda 21. Estima-se que pelo menos 40.000 pessoas não somente leram o documento “*Agenda 21 brasileira: bases para discussão*”, mas sobretudo envolveram-se nas ações que marcaram essa etapa, ou seja, a discussão das propostas nas suas respectivas organizações e comunidades, a exposição pública de suas sugestões e emendas, o exercício do diálogo e da negociação com vistas a um país sustentável e impulsionado pelas demandas e interesses específicos de cada segmento.

Tratou-se de significativa experiência de participação civil em processo de âmbito nacional para o estabelecimento de plano (política), com base nas realidades e perspectivas locais, regionais, nacionais e globais. Nesse sentido, a Agenda 21 brasileira, fruto de singular processo participativo, pode desenhar

linhas do cenário futuro, desejado pelas pessoas que acreditam ter o direito e as oportunidades de empreenderem as ações transformadoras da sociedade brasileira rumo à sustentabilidade. Há que se notar que, ao apresentar problemas atuais, cenários desejados, a base de valores e princípios, os participantes do processo da Agenda 21 escreveram também um conjunto amplo e diverso de propostas de estratégias e ações para o desenvolvimento integrado, sustentável, justo e participativo do País.

Após os debates públicos estaduais e regionais, mais uma vez a CPDS viu-se frente ao desafio de consolidar a versão final da Agenda 21 brasileira. No início de 2002, a Comissão iniciou a etapa final, mediante a contratação de consultoria para a consolidação das ações e estratégias oriundas daqueles debates, e definiu a realização de seminário nacional com lideranças, formadores de opinião e tomadores de decisões dos principais segmentos da sociedade, com vistas à identificação das ações prioritárias e dos meios de implementação da Agenda 21. Para esse fim, foram deflagradas consultas setoriais, e a CPDS resolveu que a versão final da Agenda 21 deveria refletir e reunir as propostas apresentadas nos debates públicos, mas tendo um elenco de ações e estratégias principais, como uma agenda de prioridades da Agenda 21 nacional, para servir de instrumento de sensibilização e mobilização para sua implementação. O processo de elaboração da Agenda 21 brasileira foi concluído em junho de 2002, dez anos após a Rio-92, e seu lançamento oficial ocorreu em 16 de julho, em solenidade que reuniu o Presidente da República, seu vice e ministros, além de lideranças do Congresso Nacional e de entidades da sociedade civil brasileira.

Não obstante, o processo não foi isento de equívocos, seja em algumas de suas premissas, como na sua condução operacional. Tais fatos não retiraram o mérito e a singularidade desse importante processo; tão-somente impedem que o alcance seja mais amplo ou intenso. Uma das limitações foi a organização dos debates estaduais por meio dos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA): de um lado, garantiu-se a participação de atores já sensibilizados para os desafios da sustentabilidade; por outro lado, foi reduzida a participação das áreas centrais de planejamento, de fazenda, de indústria e de agricultura, entre outras, dos governos e articulações empresariais estaduais, revelando também uma idiosincrasia a ser superada: a de que desenvolvimento sustentável é meramente o equacionamento da dimensão ambiental.

Por outro lado, há que se reconhecer que, em todos os setores da sociedade, ainda existem resistências para o engajamento de pessoas e organizações em processos participativos de planejamento do desenvolvimento. Tais processos têm o poder de questionar, por si só, as práticas hegemônicas, pouco

transparentes e tecnocráticas de se governar os interesses da sociedade.

3. Estratégias e ações prioritárias da Agenda 21 brasileira

No que tange ao conteúdo, a Agenda 21 brasileira também revela os graves conflitos (latentes ou vigentes) de visões e de interesses, subjacentes às expectativas dos vários atores e segmentos da sociedade brasileira. As áreas que mais receberam atenção (ou emendas) na fase de debates públicos foram as de gestão de recursos naturais e de agricultura sustentável; mais um sinal de que os desafios da sustentabilidade ainda são vistos, em geral, como aqueles associados à conservação dos espaços naturais e rurais. Por outro lado, muitas propostas versavam sobre questões de governança (controle social), como por exemplo o fortalecimento de instâncias e procedimentos de democracia participativa em todas as áreas.

De fato, tendo em vista a referência conceitual adotada, a da sustentabilidade multi-dimensional e de gradativa consecução, a Agenda 21 brasileira incorporou propostas que revelam a interdependência das várias dimensões; a necessidade de operacionalizar instrumentos e políticas, que, a partir do atual padrão de desenvolvimento, possam propiciar as transformações de critérios e práticas econômicas, sociais, culturais, de governo e de governança da sociedade.

Nesse sentido, surgem perguntas que merecem cuidadosa atenção. Como promover a construção da sustentabilidade em todas as dimensões, se persistem, ainda, os valores que se contrapõem à conservação ambiental e aos princípios reguladores da economia, que não consideram, por exemplo, a eficiência ecológica no uso de recursos naturais? Como implementar as estratégias e ações propostas, se a maioria das lideranças políticas, partidárias, empresariais e da sociedade desconhece ou revela insensibilidade quanto aos pressupostos e objetivos do desenvolvimento ambientalmente sustentável?

Assim, na etapa de debates regionais, a CPDS buscou organizar as propostas com base nas diversas dimensões (geo-ambiental, político-institucional, social, econômica e de conhecimento e tecnologias), com vistas à explicitação das estratégias e eixos de ações estruturantes do desenvolvimento nacional.

O quadro I, elaborado pela CPDS, foi utilizado para organizar as propostas da Agenda 21 brasileira em 21 linhas estratégicas de ações e medidas.

Quadro I - Linhas estratégicas estruturadoras da Agenda 21 brasileira, segundo as diferentes dimensões da sustentabilidade.

DIMENSÕES				
(A)	(B)		(C)	(D)
GEO-AMBIENTAL	SOCIAL	ECONÔMICA	POLÍTICO-INSTITUCIONAL	DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
Uso sustentável, conservação e proteção dos recursos naturais.	Medidas de redução das desigualdades e de combate à pobreza.	Transformação produtiva e mudança dos padrões de consumo.	Integração entre desenvolvimento e meio ambiente na tomada de decisões.	Desenvolvimento tecnológico e cooperação, difusão e transferência de tecnologia.
Ordenamento territorial.	Proteção e promoção das condições de saúde humana e seguridade social.	Inserção econômica competitiva.	Descentralização para o desenvolvimento sustentável.	Geração, absorção, adaptação e inovação do conhecimento.
Manejo adequado dos resíduos, dos efluentes, das substâncias tóxicas e radioativas.	Promoção da educação e da cultura, para a sustentabilidade.	Geração de emprego e renda, reforma agrária e urbana.	Democratização das decisões e fortalecimento do papel dos parceiros do desenvolvimento sustentável.	Informação para a tomada de decisão.
Manejo sustentável da biotecnologia.	Proteção e promoção dos grupos estratégicos da sociedade.	Dinâmica demográfica e sustentabilidade.	Cooperação, coordenação e fortalecimento da ação institucional	Promoção da capacitação e conscientização para a sustentabilidade.
			Instrumentos de regulação.	

Fonte: MMA/CPDS. Roteiro Metodológico para os encontros regionais da Agenda 21 brasileira. Agosto de 2001.

Em qualquer das várias formas de organização das propostas, revelou-se a necessidade de enfrentar a polarização entre as visões de condução liberal, via ação livre do mercado, ou da direção do Estado dos rumos do desenvolvimento nacional. Para o ex-ministro de planejamento, e consultor da CPDS na fase final de elaboração da Agenda 21, Prof. Paulo Haddad, “é fundamental esclarecer, também, o indispensável papel do Estado na construção do processo de desenvolvimento sustentável no Brasil. A obrigação social de sustentabilidade, como tem insistido Amartya Sen, não pode ser deixada inteiramente por conta do mercado, uma vez que o futuro não está

adequadamente representado no mercado – pelo menos o futuro mais distante. O Estado deve servir como gestor dos interesses das futuras gerações, por meio de políticas públicas que utilizem mecanismos regulatórios ou de mercado, adaptando a estrutura de incentivos a fim de proteger o meio ambiente global e a base de recursos para as pessoas que ainda vão nascer. A Agenda 21 Brasileira, ao estimular o uso de mecanismos descentralizados de mercado para operacionalizar os objetivos das políticas de desenvolvimento sustentável, deve dar ênfase igualmente às necessidades dos excluídos e não apenas às demandas presentes e futuras do mercado”.

Já no documento “*Agenda 21 brasileira: bases para discussão*”, consolidado pela CPDS com o consultor jornalista Washington Novaes, afirmava-se a premência de urgentes modificações no quadro de distribuição de renda para a construção da sustentabilidade social, o que ensejaria, além de políticas compensatórias – inclusive de renda mínima – políticas de emprego, de apoio à agricultura familiar, programas oficiais de crédito que privilegiem as atividades econômicas geradoras de postos de trabalho e, sobretudo, um sistema tributário capaz de evitar a sonegação de impostos (que atingiria 40% da atividade produtiva), de um lado, e capaz também de desonerar progressivamente o trabalho e o capital e onerar o consumo e desperdício de recursos naturais.

Para organizações do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento, o “foco das ações prioritárias da Agenda 21 deve ser a erradicação da pobreza por meio de desenvolvimento local, integrado e sustentável, e o fortalecimento das instâncias locais, onde os 6 eixos temáticos perpassem-na transversalmente. Além disso, é preciso ressaltar que este processo deve estar pautado pelo equilíbrio ambiental e na equidade do desenvolvimento nacional e global”. E para os integrantes do Grupo de Trabalho da Agenda 21 desse Fórum “a elaboração e a implementação da Agenda 21 Brasileira não pode ficar subordinada apenas à lógica econômica, já que foi essa lógica que nos colocou na crise político-sócio-cultural-ambiental em que nos encontramos. Dessa forma, torna-se imprescindível a inversão processual de prioridades, recolocando como princípios valores centrados na ética da vida e na sustentabilidade ampliada”.

A Agenda 21 brasileira, portanto, como dito anteriormente, deve ser entendida como uma possível agenda de transformações. Isso significa ir além das ações exemplares, dos projetos e ações fragmentados, para poder gerar progressivamente a “cultura” e as políticas nacionais integradas da sustentabilidade. Como decorrência, seja do processo, seja das visões e idiossincrasias presentes na sociedade brasileira, a Agenda 21 nacional revela a

tensão da busca das sustentabilidades social, ambiental e ecológica com as políticas e práticas da eficiência econômica, da tendência de se valer crescentemente de instrumentos de regulação econômica em detrimento aos de regulação estatal (comando-controle) e das demandas sociais de curtíssimo prazo próprias de um quadro de grave exclusão social.

4. Desafios para a implementação da Agenda 21 brasileira

Entre os desafios mais relevantes para a implementação da Agenda 21 brasileira está o de fazer com que as propostas para a construção da sustentabilidade no País passem a ser centrais nos processos de planejamento, formulação e implementação de políticas públicas e de atuação do setor empresarial.

A concretização das propostas da Agenda 21 brasileira depende também da mobilização de meios, conseqüente à consolidação de vontade política nos diversos segmentos da sociedade, para a viabilização de um país que pretende uma sociedade justa e ambientalmente responsável. As transformações necessárias para a mobilização dos meios vão além daquilo que já está incluído na própria Agenda 21, como por exemplo a adoção de impostos verdes, de mecanismos de certificação de produção e consumo, tendo a ver, também, com a prática de elaboração e execução orçamentária nos três níveis do Estado (segundo P. Haddad, a necessidade de se elaborar o orçamento anual a partir de base zero para não propagar distorções passadas ao futuro), com a responsabilidade social e ambiental das lideranças e instituições produtivas e da mídia, com o estabelecimento de parcerias genuínas entre organizações da sociedade e de governo em projetos e programas de interesse público para a melhoria da qualidade de vida.

O período do início da implementação da Agenda 21 brasileira coincidiu com o início do Governo Lula. O desafio é de toda a sociedade, mas também levando em conta o novo desenho organizacional desse governo, um grande desafio coloca-se para o Presidente Lula, seus ministros e partidos que sustentam o governo: tomar as propostas da Agenda 21, emblemáticas e relevantes para a consecução da sustentabilidade, como parte das profundas transformações que tal governo pretende imprimir no País. Fala-se muito em políticas de governo, assentadas na transversalidade das questões ambientais e sociais; programas como Fome Zero e Sede Zero terão sua efetividade muito limitada se não considerarem as medidas estruturantes do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável. A Agenda 21 pode e deve ser processo e documento de referência para a preparação e execução do PPA (Plano Pluri-anual),

e das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e dos Orçamentos Anuais (LOA). Deve servir de base para processos participativos de conferências nacionais relativas às políticas setoriais de meio ambiente, cidades, etc., em curso no ano de 2003.

Para tanto, outro desafio é a CPDS firmar-se como instância coordenadora da incorporação da Agenda 21 nas políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável do país. Para tanto, a CPDS terá que ser fortalecida politicamente, bem como estar estruturada, no que concerne aos aspectos administrativos e financeiros, para dar conta de suas atribuições. Terá que acompanhar, nos próximos anos, a formulação do PPA, das LDO e LOAs, e interagir com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado pelo Presidente Lula. A CPDS, além de fomentar a implementação dos programas já previstos e discutidos na Agenda 21 brasileira, deverá articular e fomentar a realização de Agendas 21 locais, além de reconhecer as experiências relevantes dos processos DLIS (Desenvolvimento local integrado e sustentável), realizados no governo passado no âmbito do Programa Comunidade Ativa. Tendo em vista as propostas da Agenda 21 brasileira sobre meios de financiamento do desenvolvimento sustentável, a CPDS não pode ser omissa em relação ao debate sobre reforma tributária. Enfim, a CPDS poderá ser, se assim for pactuado e aceito pelo governo, instância auxiliar na consolidação da “transversalidade” das políticas públicas brasileiras no marco da sustentabilidade, visão que tem sido reiterada pela Ministra Marina Silva.

Apresentei, na condição de membro da CPDS como representante do FBOMS (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para Desenvolvimento e Meio Ambiente) e afirmei aos integrantes dessa Comissão, durante sua primeira reunião no Governo Lula (em abril de 2003), que chegamos ao momento da CPDS, a partir da Agenda 21 brasileira concluída em 2002, de zelar não somente pela sua implementação, mas especialmente pelo que está expresso na primeira parte de sua própria denominação: (realizar) políticas de desenvolvimento sustentável.

Finalmente, a Agenda 21 brasileira, mesmo não sendo, até o momento, um instrumento de consideração central pelos tomadores de decisões do País, revela o potencial social e institucional, nada desprezível, que existe para as transformações necessárias em todos os campos da vida nacional. Resta continuar a mobilizar meios e atores sociais para tornar realidade o legado da Rio-92 e do Fórum Social Mundial: um mundo sustentável é possível (e necessário urgentemente)!

■ **Agenda 21 local** experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil

A Agenda 21 local na Alemanha: experiências da cidade de Gelsenkirchen no estado da Renânia do Norte-Vestfália

Gerhard Osadnik

1. Introdução

Na cidade de Gelsenkirchen vivem atualmente 275.780 pessoas, numa superfície total de 105 km². A cidade fica na região central da Renânia do Norte-Vestfália, o estado mais populoso da Alemanha, e pertence, juntamente com 10 outras cidades e 4 distritos, à Bacia do rio Ruhr, chamada em alemão de *Ruhrgebiet*, uma região que representa até hoje uma das maiores zonas econômicas e de aglomeração industrial e populacional da Europa.

O antigo codinome corrente de “Cidade dos mil fogos” remete ao passado de Gelsenkirchen enquanto lugar de minas, de usinas de processamento de carvão mineral e de indústria siderúrgica. Antes que esta indústria mineira e metalúrgica entrasse em crise, começando nos anos sessenta, a cidade contava com quase 400.000 habitantes. No ano 2000 a última das 22 empresas de mineração de Gelsenkirchen, não mais em condições de concorrência, teve que suspender sua produção. Esta mudança de estrutura desempregou muitas pessoas; outras mudaram de cidade. A monoestrutura industrial de mineração e metalurgia, que anteriormente havia proporcionado prosperidade econômica à cidade, transformou-se em seu maior problema. A taxa de desemprego é hoje de mais de 17%, uma das mais altas da Alemanha.

Para a superação desta crise estrutural, a cidade de Gelsenkirchen, assim

como outras cidades da Bacia do Ruhr (*Ruhrgebiet*), foi e está sendo obrigada a procurar uma nova identidade e novos caminhos para um desenvolvimento com boas perspectivas futuras.

Um impulsionador importante para tal pode ser o processo da Agenda 21 local.

2. Exposição Internacional de Construção de Emscherpark e a iniciativa da Cidade Solar

Em Gelsenkirchen iniciaram-se importantes programações para o futuro já antes da Conferência do Rio, no âmbito da Exposição Internacional de Construção (IBA 1989-1999), e antes da deliberação formal do conselho para a Agenda 21 Local com a iniciativa da Cidade Solar, introduzida em 1995. Em sinergia com o Movimento da Agenda Local, essas programações serão significativas para uma mudança estrutural ecológica, econômica e social na cidade de Gelsenkirchen a longo prazo.

A idéia principal da EIC, “mais qualidade de vida e de moradia através de medidas arquitetônicas, urbanísticas, sociais e ecológicas como base para a mudança econômica numa antiga região industrial”, foi alargada ainda para 17 cidades do norte da Bacia do Ruhr (*Ruhrgebiet*) - incluindo Gelsenkirchen - com a ajuda de 120 grandes projetos. No centro dos interesses destes projetos estavam: a reativação de antigos parques industriais desativados (muitas vezes com a preservação do material arquitetônico histórico original); a implementação de um “parque paisagístico”, conservado naturalmente, com 300 km² de área; a conservação do espaço livre como “natureza industrial”; a reorganização (respeitando as condições naturais) de 350 km² de condutores de esgotos abertos (presumivelmente terminados apenas em 2015); a criação de uma “cultura industrial” fundadora de uma identidade; o saneamento de bairros com necessidades especiais de renovação; e, em especial, o melhoramento da estrutura econômica através do fomento de novos pontos de inovação.

O ponto de inovação essencial na cidade de Gelsenkirchen é, paralelamente ao setor de água e ao setor químico, o ramo das energias renováveis - e aqui sobretudo a energia solar (fotovoltaica).

A cidade de Gelsenkirchen, enquanto antigo lugar de mineração e de indústria siderúrgica (ou seja, a “cidade dos mil fogos”), tomou como objetivo contribuir para a passagem da era do carvão para a era da energia solar, para tornar-se assim uma “cidade dos mil sóis”.

O parque científico, com suas empresas e institutos para a pesquisa e o

desenvolvimento na área de energia solar, assim como com uma das maiores usinas (de processamento) de energia solar, marcou em 1995 o ponto de partida estrutural do desenvolvimento. No âmbito da EIC - simbólico para a mudança estrutural -, ele foi ali construído, onde até 1984 uma fundição ainda estava sendo explorada.

Com significado político e econômico, 1999 representou a inauguração da mais moderna fábrica de células solares do mundo, a Shell AG, que pôde aumentar claramente a capacidade de produção em Gelsenkirchen, complementando a fabricação de módulos solares, existente desde 1986, da empresa Flabec Solar.

Como outros objetos de demonstrações de efeito público tem-se, em especial: a construção de uma das primeiras povoações solares na Renânia do Norte-Vestfália (1999-2000), assim como a inauguração da “Sonnensegel” (“a vela do sol”) na arena “Auf Schalke”.

Uma série de empresas de produção locais aumentaram seu espectro de oferta direcionando-se para a energia solar, ou até mesmo especializando-se nela. Elas são apoiadas nesta tarefa através do oferecimento de cursos de formação e de aperfeiçoamento, que já são inclusive oferecidos por diversas instituições na cidade.

Para a informação e a participação dos cidadãos de Gelsenkirchen, assim como outros interessados, a prefeitura da cidade se apresenta na internet (www.solarstadt-gelsenkirchen.de), desde novembro de 2000, com as atividades da Cidade Solar (complementando-se em 2001 com um Fórum Solar).

Ao mesmo tempo, com o apoio do governo do estado da Renânia do Norte-Vestfália, abriu-se um diálogo com os mais diversos atores sociais e comunitários, para desenvolver em conjunto um conceito eficaz para o caminho rumo à Cidade Solar e para consolidar mais fortemente o tema da energia solar na consciência da população.

Por causa da situação político-trabalhista e estrutural inicial, no princípio aliás considerada bastante ruim, da antiga cidade mineradora, que através da baixa conjuntura atual torna-se mais enfatizada ainda, os esforços dos numerosos agentes da energia solar em Gelsenkirchen (e arredores) só mesmo a médio e a longo prazo poderão ser implementados no sentido das desejadas melhorias econômicas.

O processo da Cidade Solar em Gelsenkirchen é um elemento essencial das atividades da Agenda desta cidade. Neste processo podem ser muito bem conciliadas as proposições de objetivos econômicos, sociais e ecológicos, no sentido de um desenvolvimento sustentável para a cidade.

3. Deliberação da Agenda, Organização e Projetos

A largada política oficial para uma Agenda 21 Local aconteceu em Gelsenkirchen em 20 de março de 1997, através de uma deliberação unânime do conselho. Mesmo assim somente 5 anos depois da Conferência do Rio, Gelsenkirchen passou a pertencer às primeiras comunidades alemãs que demonstravam ter realizado tal deliberação. Desde então, chegou-se exatamente no final dos anos 90 a um boom regular de deliberações do conselho que, no entanto, ainda não emitiam nenhuma declaração acerca da qualidade dos respectivos esforços e realizações da Agenda 21 nas cidades em particular. Na Alemanha já existem estas deliberações da Agenda em 16% das comunidades; na Renânia do Norte-Vestfália existem mesmo em mais de 50% de todas as comunidades.

Em uma “Oficina da Escola Superior Popular (chamada em alemão de *Volkshochschule* - VHS) - Agenda 21 Local”, em junho de 1998, encontraram-se vários cidadãos de Gelsenkirchen, grupos e organizações. E logo seis meses depois, o escritório da Agenda 21 foi inaugurado, em uma colaboração da prefeitura com a diocese de Gelsenkirchen.

Desde a “Oficina de Idéias - Agenda 21”, com duração de um dia, em abril de 1999, grupos de trabalho fazem com que a Agenda 21 em Gelsenkirchen se torne concreta através de inúmeros projetos.

O processo para a Agenda foi apoiado através da instalação de uma junta consultiva em abril de 2001 e da criação de uma Associação de Apoio à Agenda 21 em maio de 2002.

Na Oficina da Escola Superior Popular (VHS) encontram-se hoje especialmente os representantes dos diversos grupos de trabalho. A oficina é uma bolsa de idéias, onde eventos e ações são planejadas, modelos ou exemplos são discutidos, e estruturas são desenvolvidas.

A Junta Consultiva da Agenda 21 é o elo de ligação entre os grupos de trabalho da Agenda 21, a política, a administração pública e o público. Representantes da municipalidade e da igreja, da política, da economia, dos sindicatos, da comunidade científica e da Oficina da Agenda formam esta Junta Consultiva.

A Associação de Apoio à Agenda 21 deve disponibilizar patrocínios para apoiar projetos, assim como ações isoladas. Seu lema é: “21 euros para a Agenda 21”.

Sendo mantido pelo município de Gelsenkirchen e pela igreja evangélica, no escritório da Agenda 21 (simbolicamente instalado no antigo prédio de uma empresa mineradora, próximo ao parque científico) trabalham duas engajadas turmas. Aqui se coordena, se apoia, se organiza, se inicia, se docu-

menta; aqui se acompanham e se apoiam os grupos de trabalho da Agenda, assim como são realizadas as negociações da Junta Consultiva da Agenda. A ação conjunta entre municipalidade e igreja é única na Alemanha.

A partir da iniciativa do escritório da Agenda 21, criou-se em Gelsenkirchen a Associação (Grupo de Trabalho) Estadual Agenda 21 Renânia do Norte-Vestfália, na qual já participam 100 comunidades.

No início do processo da Agenda, existiu harmonia entre todos os agentes em relação ao fato de que em Gelsenkirchen apenas procedimentos orientados para a ação podem ser considerados, complementando os propósitos da EIC e da Cidade Solar. De acordo com o lema “do projeto ao princípio”, com o auxílio de exemplos concretos de projetos obtidos conjuntamente devia ser esclarecido o que desenvolvimento sustentável pode significar para a própria cidade de Gelsenkirchen.

Vários desses projetos para apresentação já foram concebidos e implementados nos diferentes grupos de estudos e fóruns dirigidos profissionalmente. A síntese abaixo sobre a Agenda 21, seus grupos de trabalho e seus projetos, é por isso apenas uma parte do trabalho feito *in loco*.

Grupos de Trabalho da Agenda 21 e Projetos da Agenda 21

Grupo de Trabalho Crianças e Adolescentes:

Livro para colorir e de palavras “ Juntos pensar globalmente - agir localmente”

Livro para colorir e de charadas “Direitos das crianças”

Fórum de Mulheres e Moças:

Livro “Passeios pela cidade feminina”

Museus da Indumentária

Grupo de Trabalho Cidade Espaço Vital:

CD Agenda 21

Brochura “Ambientação da Praça Garcia Lorca (Garcia-Lorca-Platz)

Grupo de Trabalho Escola e Educação:

“Um mundo - Estação Solar”

Grupo de Trabalho Trânsito:

“Car sharing”

Mapa da cidade para ciclistas

Grupo de Trabalho Consumo e Estilos de Vida

Projeto de Café “Der Pott kocht fair” (“O tacho cozinha bem”)

Livro de receitas regionais

Projeto ÖKOPROFIT (Proveito ecológico)

Futuro em Hassel (bairro de Gelsenkirchen)

Desenvolvimento de bairro com cidadãos e cidadãos

Mesa redonda permanente - Energia Solar

Eventos informativos sobre energia solar

Apresentação de projetos-chave escolhidos

Café de Gelsenkirchen

O Café de Gelsenkirchen foi o primeiro projeto da Agenda 21. No âmbito da Agenda 21, a iniciativa privada ligada ao ramo de comércio de produtos internacionais em Gelsenkirchen trouxe um tipo puro de café, o *Hochland Arabica*, de produção ecológica e trazido ao mercado sem o intermédio de ações, nas quais o pequeno produtor é explorado e sai perdendo. O pequeno produtor não ser explorado quer dizer que, por exemplo, para os agricultores da região de Cauca, na Colômbia, vários descontos são poupados e um preço fixo mínimo é garantido. A ação de Gelsenkirchen tem influenciado outras áreas. Um crescente número de cidades da região da bacia do Ruhr (*Ruhrgebiet*) se associou a esta ação. O Café de Gelsenkirchen é um projeto, que liga a sustentabilidade social, para aquele determinado mundo mencionado, com produtividade econômica e ecologia - e ainda dá renome a Gelsenkirchen.

Praça Frederico García Lorca

O Grupo de Trabalho Cidade Espaço Vital fez uma reflexão, juntamente com moradores e gastrônomos, sobre como a praça podia ser ambientada de modo a se tornar mais atraente. Um workshop com cidadãos e uma grande festa de rua trouxeram à baila muitas idéias que encontraram acolhida nos processos de planejamento. Nesse ínterim, o Conselho Municipal aprovou as mudanças.

O CD da Agenda 21

Gelsenkirchen é uma cidade diversificada; assim é também a música feita pelos artistas que estão sendo apresentados no CD: jazz, canções iídiche, acordes de guitarra espanhola, pop turco... Depois de muitas décadas de imigração, os tons de diferentes culturas, assim como as diferentes pessoas, encontraram em Gelsenkirchen uma pátria e imprimem o caráter da cidade.

“Um mundo - Estação Solar”

Alunas e alunos de escolas de Gelsenkirchen correm pela causa do meio ambiente. Em primeiro lugar eles procuraram patrocinadores que, para cada corrida feita, doam dinheiro. A metade do dinheiro vai para um projeto da

respectiva escola. Com a outra metade, são construídas estações solares para a geração de energia em Gelsenkirchen. A energia de “Um mundo - Estação Solar” é armazenada na rede e, com o lucro, a cada ano é dado o apoio a projetos, por exemplo, na África. Até agora, “correram” em Gelsenkirchen cerca de 60.000 euros.

O projeto, agraciado com vários prêmios, vai ser implantado neste ano em todo o estado da Renânia do Norte-Vestfália.

Proveito ecológico - ÖKOPROFIT Gelsenkirchen

Com medidas de proteção ao meio ambiente, os custos de serviços caem: este tem sido o objetivo de oito empresas de Gelsenkirchen, que participaram do projeto de um ano. O projeto, acompanhado do parecer de um perito em proteção ambiental no trabalho, foi uma iniciativa da prefeitura de Gelsenkirchen, da Câmara da Indústria e do Comércio, do Sindicato Operário, da Diocese, da Agência de Eficiência e da Agência de Energia da Renânia do Norte-Vestfália. Esta larga cooperação deve-se ao fato de que, da indústria produtiva ao comércio, empresas bem diferenciadas tomaram parte no projeto. Mesmo a agremiação futebolística Schalke 04 também se envolveu na empreitada.

Pôde-se, por exemplo, preservar o meio ambiente e economizar 500.000 euros com o aperfeiçoamento da separação do lixo, com a construção de armaduras para a economia de água e com medidas de economia de energia. Este balanço mostra que ecologia e economia não precisam ser discrepantes.

Em outubro de 2002, o projeto foi concluído com a premiação das empresas.

Diploma de meio ambiente de Gelsenkirchen

Este projeto é, desde 2001, um duradouro sucesso em Gelsenkirchen. Várias instituições, associações e outros parceiros de cooperação desenvolveram um programa para crianças, distribuído ao longo do ano, com cerca de 70 a 80 eventos com jogos, vivências e aprendizados sobre diversos temas relacionados com meio ambiente e a Agenda.

O programa consiste no seguinte: depois das crianças participarem de seis diferentes pontos do programa, elas ganham um diploma e podem escolher um prêmio entre três.

4. Outras perspectivas - do projeto ao princípio?

Por causa do desenvolvimento atual, esboça-se uma nova fase no processo da Agenda 21 de Gelsenkirchen.

Na reunião do Conselho Municipal, em novembro de 2002, ficou resolvido que, um dos principais objetivos de toda a cidade, “o objetivo da sustentabilidade, segundo os princípios básicos da Agenda 21, deve ser observado em todos os seus desenvolvimentos”.

Para tornar o desenvolvimento sustentável em Gelsenkirchen mensurável, e para dele se poder fazer um balanço, está-se trabalhando atualmente, tanto nos grupos de trabalho da Agenda como também junto à administração municipal, no desenvolvimento de um grupo adequado de indicadores.

A avaliação do desenvolvimento sustentável deve ocorrer com acompanhamento de pareceres externos e ser documentado num “relatório de sustentabilidade”. O relatório de sustentabilidade deve constituir um documento comum da administração comunitária e agremiações ligadas à Agenda, que, com o auxílio de indicadores econômicos, ecológicos e sociais, e suas considerações, feitas em conjunto, informa sobre o estado do desenvolvimento sustentável na comunidade. O relatório de sustentabilidade pode ser uma parte do “processo de consultoria” entre a administração comunitária e os cidadãos, como é exigido no capítulo 28 da Agenda 21.

Com a realização deste propósito e a passagem “do projeto ao princípio” a cidade de Gelsenkirchen pode conseguir dar um passo importante rumo ao caminho tomado para uma Agenda 21 local.

Agenda 21 Local no Ceará: a experiência de Maranguape, conquistas e desafios

Marcelo Silva

O desenvolvimento local, ou Agenda 21 de Maranguape é, em primeiro lugar, um processo que não ocorre da noite para o dia. Não começa agora. O grande desafio é exatamente partir da vida do município, vida que está muito para trás. Só uma informação: Maranguape se emancipou de Fortaleza em 1851, aconteceram fatos econômicos, sociais, ambientais e isso se acumulou.

30 KM DE FORTALEZA; ÁREA - 654,80 KM²; 17 DISTRITOS; POPULAÇÃO - 91.592 HABITANTES; (75% SITUADA NOS CENTROS URBANOS)

FONTE: IBGE: 2002

O que vem ser Agenda 21 - o projeto de desenvolvimento local para Maranguape? É exatamente a racionalização. É exatamente uma conexão que se procura dar em todas as atividades, atitudes, potencialidades que o município tem, resumindo num documento. Isso, claro, com participação popular.

Daí porque, em 2002, foi contratada a consultoria da GIT, que deu toda orientação para o projeto Agenda 21. É, então, um processo em que se pega o carro andando, só que se procura racionalizar, é preciso enfatizar. Algumas ações estão sendo já desenvolvidas e outras ainda estão para acontecer.

Esse projeto conta com a participação institucional da Prefeitura, outros entes governamentais e também das comunidades. É exatamente o grande desafio e isso vem como consequência da criação de uma nova institucionalidade, de um novo modelo, vamos dizer assim, de gestão. A partir de valores como o empreendedorismo, o pioneirismo e a criatividade do maranguapense.

A maioria sabe que nós tivemos os nossos ciclos econômicos. Nós tivemos a cana do açúcar, no século retrasado. Tivemos o algodão, frutas, o turismo. E acreditamos que o turismo no Ceará começou aqui na Serra Maranguape.

Esses valores realmente nos acrescentam muita condição para o projeto de desenvolvimento sustentável. É claro, o grande desafio e meta são ousar e fazer acontecer. Aonde fazer acontecer? Fazer sair do papel, partindo, é claro, do existente. Eu falo do possível e de continuar avançando.

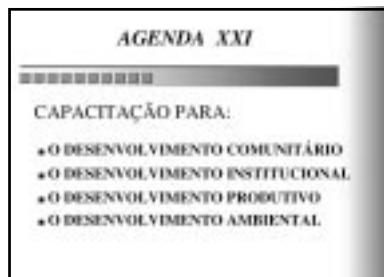
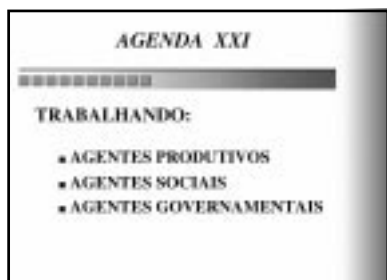
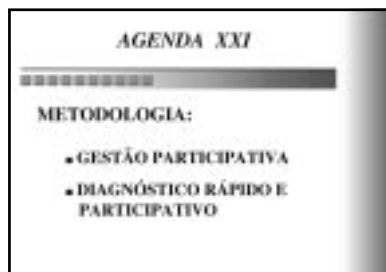
Seis dimensões, nós consideramos, para esse projeto de desenvolvimento sustentável: A econômica, a ambiental, a sócio-cultural, político-institucional, físico-territorial e a técnico-científica. Combinando todas elas surgem quatro eixos de desenvolvimento: O desenvolvimento institucional, que não é fácil com o enraizamento de uma cultura dominante, pois todo mundo é resistente à mudança; o comunitário, que perpassa por uma necessidade de capacitação; o produtivo, principalmente na questão tecnológica; e o ambiental.

Consideramos as dimensões transversais perpassando por tudo a cultura, a educação continuada e a participação continuada. Na realidade, nós estamos buscando uma "cidadania ativa", que para nós é o fator preponderante para a formação de um capital humano e de um capital social.

A definição de Ratter, de 1999, resume muito bem qual é a nossa definição de Desenvolvimento Sustentável. Nossas potencialidades, juntamente com a GIT e com a consulta popular e institucional.

Para se atingir uma sociedade justa e equilibrada ambientalmente, consideramos o potencial que temos: arte, agropecuária, horticultura, floricultura, turismo, confecção e bordado, parque industrial e, consolidando-se agora nesses quatro anos, recursos hídricos.

Claro, que temos os nossos entraves. A questão do desmatamento é uma realidade, uma questão cultural. Há que se trabalhar melhor o nosso homem, que lida com a terra, assim como o proprietário. Temos o desemprego; a poluição, uma questão planetária; a necessidade de infra-estrutura básica. Temos deficiências ainda em muitos setores. A questão de algumas redes de eletrificação rural é apenas um exemplo delas. Um fator considerável ainda é a insuficiente formação cidadã.



A metodologia tem duas vertentes: a gestão participativa e o diagnóstico rápido e participativo. Trabalhando, assim, os agentes produtivos, sociais e governamentais. A capacitação se faz necessária para o desenvolvimento comunitário, institucional, produtivo e ambiental.

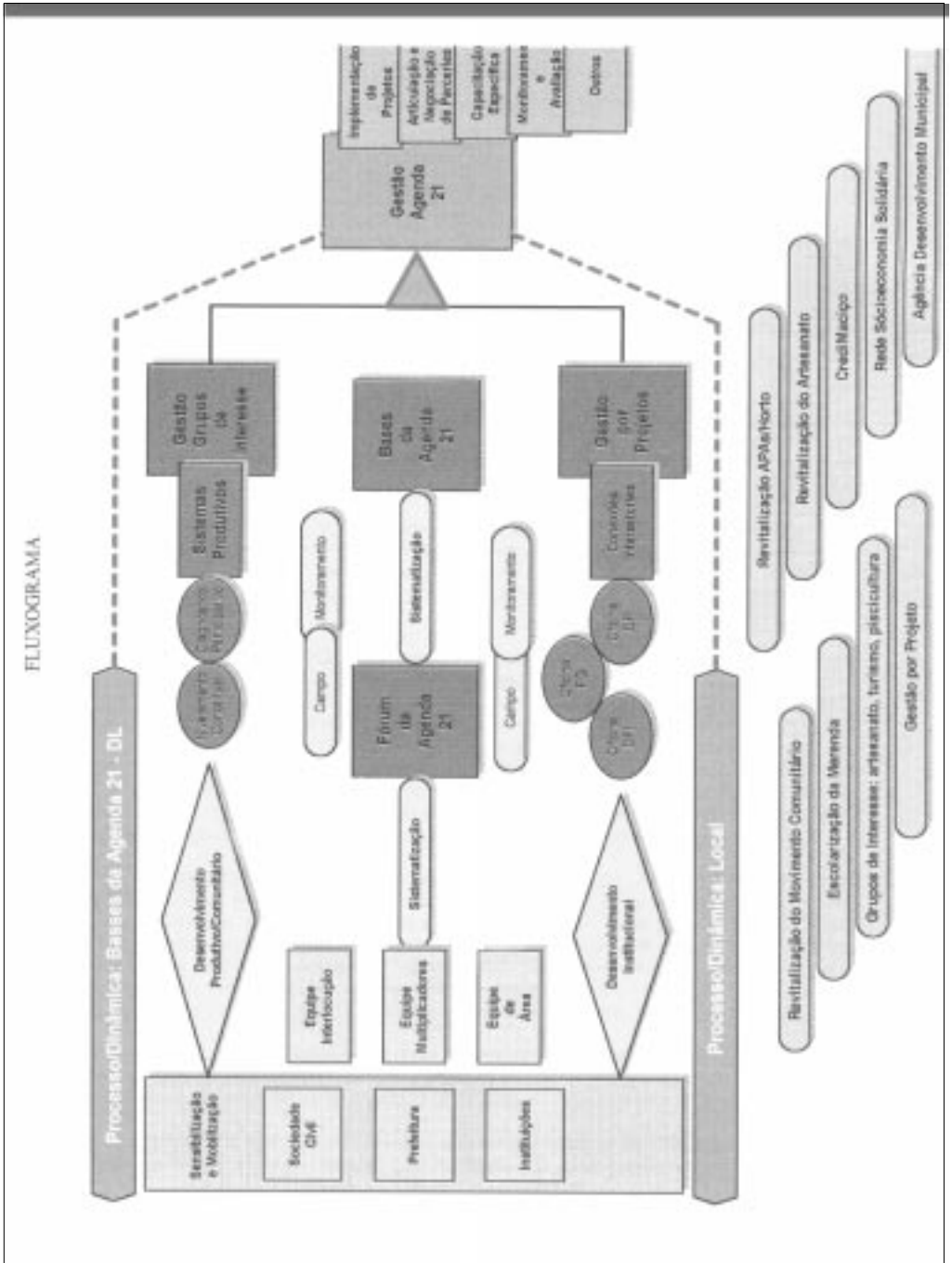
A primeira tarefa é a sensibilização e mobilização da sociedade civil, da Prefeitura e de outras instituições, formando-se as equipes de interlocução, extraídas desses grupos, a equipe de multiplicadores e a equipe de área. Daí, o desenvolvimento produtivo comunitário de um lado e o desenvolvimento institucional por outro lado, sistematizando no fórum da Agenda 21, depois num documento chamado "Base da Agenda 21".

Depois, veio o nivelamento conceitual. Era preciso dar uma sintonia de informação às pessoas. O diagnóstico participativo viu a questão dos sistemas produtivos e a gestão de grupos e de interesses. Para isso, foram realizadas oficinas.

Depois de feitas as conexões, vem a gestão por projetos, que é o grande desafio, buscando a intersetorialidade, não tratando a gestão por partes, mas sim de forma integrada. Daí vem a Agenda 21, que tem como fazer a implementação dos projetos. A questão das parcerias é fundamental, assim como a capacitação específica, monitoramento de avaliação e outros (veja gráfico 1).

■ Agenda 21 local experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil

Gráfico 1



Dentro do processo dinâmico local, têm-se ações como a revitalização da Área de Proteção Ambiental, e o Horto Municipal Professor Renato Braga, inaugurado recentemente.

Tem-se, ainda, a revitalização do movimento comunitário, destacando-se, principalmente a questão do Pacto pela Vida, que é um movimento social emanado da própria sociedade, com criação de vários núcleos, onde o forte é exatamente a questão do desenvolvimento humano.

Há outros desafios, como a escolarização da merenda também difícil por causa da burocracia a enfrentar; e a revitalização do artesanato, através, principalmente de capacitação e condições de venda do produto.

O Credmação - que tem esse nome porque foram agrupadas as prefeituras do Maciço de Baturité - está em fase de implantação. O microcrédito é uma grande necessidade para os pequenos produtores.

Há, ainda as questões dos grupos de interesse, que são vários, como exemplo, o artesanato, turismo, piscicultura, apicultura, ovinocaprinocultura, fruticultura, floricultura, etc.

As redes de socioeconomia solidária estão, ainda, atravessando um processo tímido.

Há a figura do Prefeito e das secretarias fins, de Saúde, de Inclusão Social, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Local, de Educação, a Fundação Viva Maranguape de Turismo, Esporte e Cultura e a Coordenação do Plano de Desenvolvimento Urbano, que elaborou o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

Já as secretarias meio são exatamente o Gabinete, a Procuradoria, a Auditoria, a Assessoria de Planejamento, a Assessoria de Comunicação, o Instituto de Previdência do Município e a Controladoria.

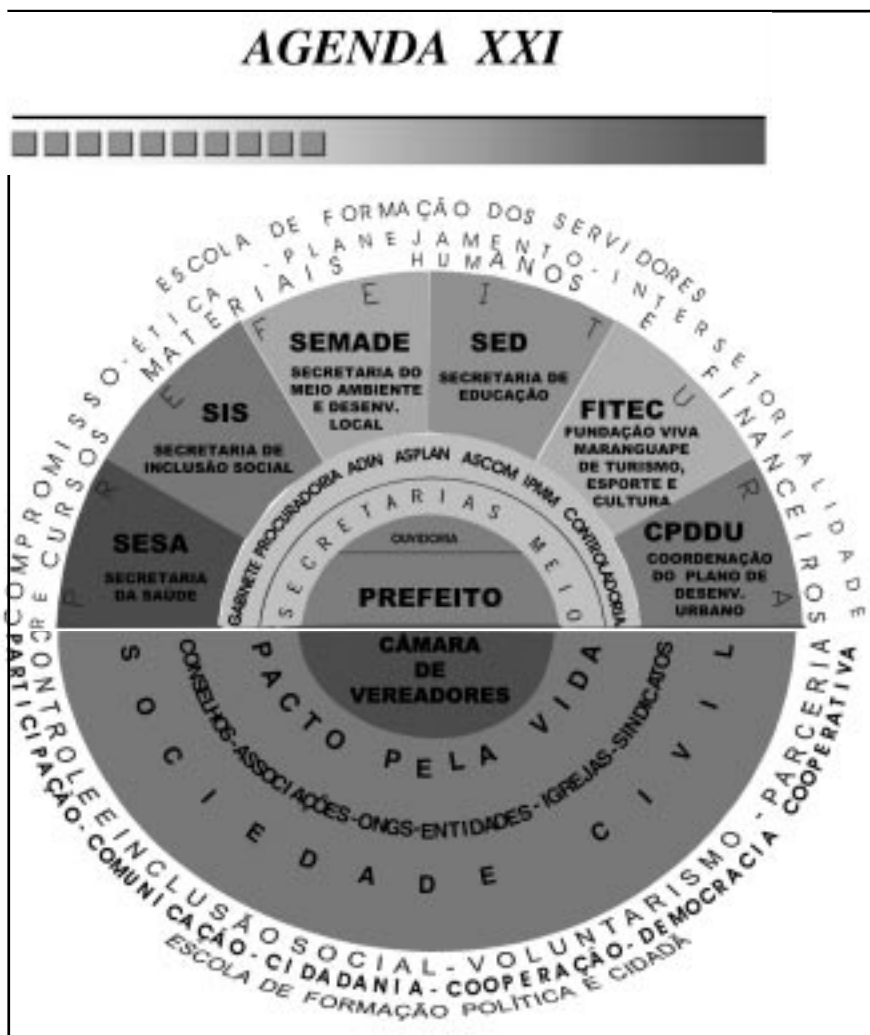
Isso, claro, considerando valores como a questão dos recursos materiais. É necessário isso para o desenvolvimento de uma gestão de valores humanos e financeiros. E valores como a questão do compromisso, da ética, do planejamento, da intersetorialidade.

Para isso acontecer, o aceleração e a capacitação estão vindo através de uma Escola de Formação de Servidores. Aí vem, exatamente, a importância de procurar mudar, diante dessa proposta da Agenda 21, o perfil do servidor municipal.

Por outro lado, a sociedade civil, representada pela Câmara de Vereadores e pelo Pacto pela Vida, que têm dado uma grande contribuição, assim como os conselhos, as associações, Organizações não Governamentais, igrejas e sindicatos.

Considerando os valores do controle e inclusão social, o voluntarismo é

Gráfico 2



muito importante, apesar de ser um grande desafio. Parceria é uma questão concreta, a participação é outro valor.

A comunicação é uma importantíssima ferramenta, incluindo a cidadania, a cooperação e a democracia cooperativa, uma experiência que temos, pois nesses dias difíceis é impossível separar o institucional da sociedade. O institucional faz, a Prefeitura deve fazer, as instituições devem fazer, mas a

Gráfico 3



sociedade civil tem que fazer também. É preciso acabar com aquele preconceito: "Isso não é meu, não é minha parte, o Governo que faça". Para nós essa conversa não existe.

A capacitação é importante também na questão da formação política e cidadã, outro ponto crítico. É preciso defender o pluralismo, mas é importante que tenha o mínimo de sintonia de pensamento, de valores nas cabeças das pessoas. Aí vem, exatamente, a Escola de Formação Política e Cidadã, em fase de implantação (veja gráfico 2).

Girando em torno desse núcleo principal, há cinco programas ou eixos. Temos o "Sinal Verde para Infância e a Juventude". Em torno dele giram projetos, a maioria implantada: "Primeiros Passos"; "O Jovem e a Cidade", que está emanado do Plano de Desenvolvimento Urbano, a ser implantado; "Festival de Talentos da Escola"; "Escolinha da Cidadania"; "Educação Especial", a ser concretizado anexo a uma escola fundamental, de forma integrada; "Centro de Desenvolvimento para a Vida", também a ser implantado; "Inclusão digital", numa Ilha Digital (parceria com o Governo do Estado); Grêmios Estudantis são incentivados; "Centro de Integração da Infância e Juventude", "Esta

Gráfico 6



Quadra Nossa", "Esporte de Quadra", que são projetos que estão ainda nascentes. Compreendendo, então, saúde, educação, cultura, esporte, trabalho e lazer. Esse eixo é o programa, é a figura maior, o círculo maior e os outros giram, que são os projetos (veja gráfico 3).

Outro eixo é "Maranguape, Cidade e Qualidade". Aí entra a questão ambiental. Temos, em fase de montagem, a "Universidade do Meio Ambiente", que é um desafio para nós. Tem a questão do "Trabalho e do Empreendedorismo"; do "Emprego e do Controle Urbano"; da "Segurança", que é uma função não nossa, mas do Governo do Estado, mas que nós estamos concretizando, ajudando, implantando já nas ruas, com a Guarda Municipal; a "Educação Cidadã e Ambiental"; "Nossos Parques e Nossas Praças".

Há todo um cuidado com esses espaços públicos. Inclusive, já temos o Parque do Rio Gavião, estamos implantando o Parque Professor Renato Braga e tem mais quatro propostas. Um deles é onde vamos desenvolver o turismo religioso, o Horto Nossa Senhora da Penha, padroeira do município de Maranguape, já em construção.

Estamos dando um tratamento de mais qualidade ao Centro, reforman-

Gráfico 7



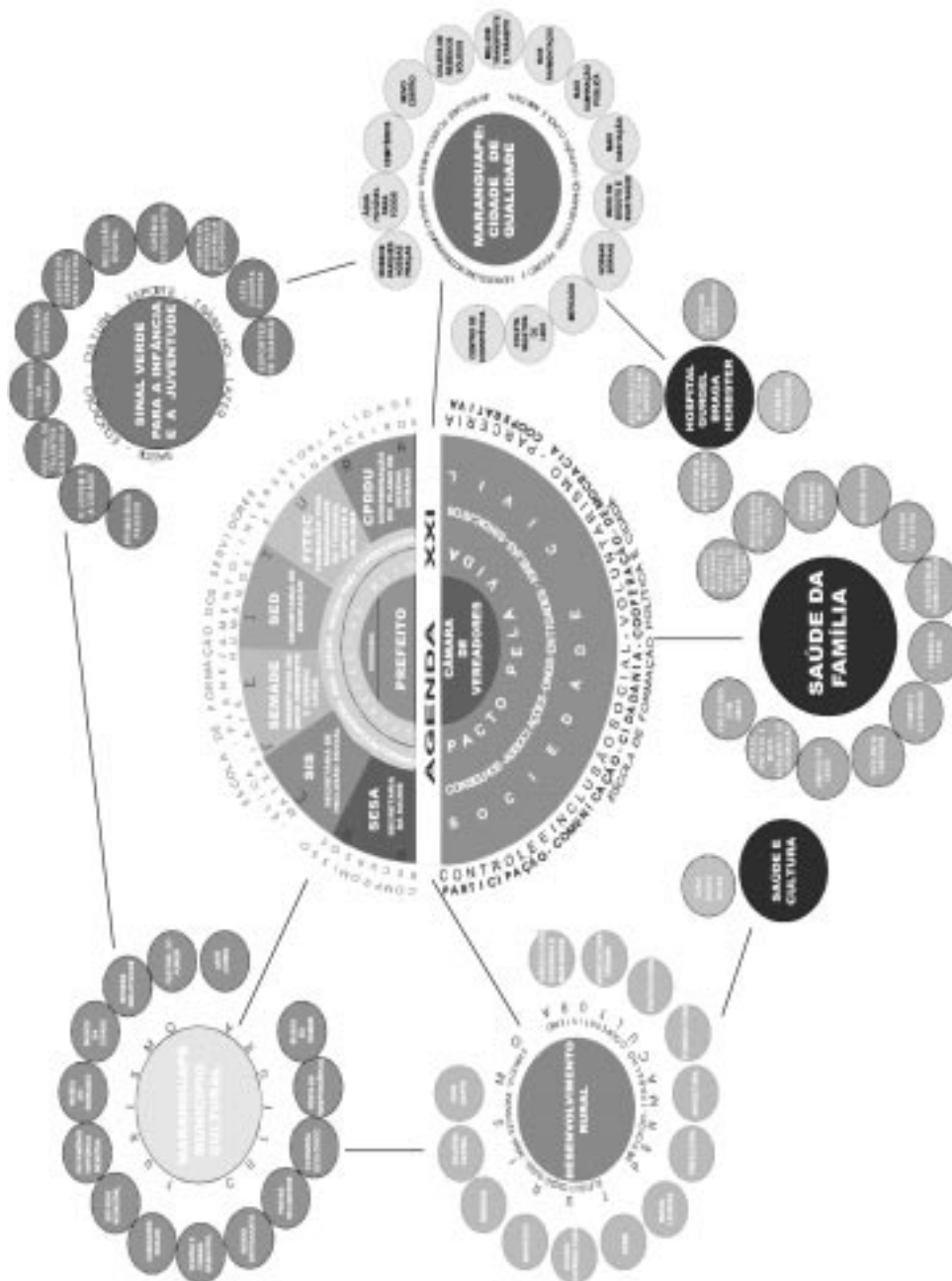
do a Rodoviária, criando também ciclovias e passeios; o "Programa de Coleta de Resíduos Sólidos", em todo município de Maranguape, tanto na sede quanto nos distritos; um melhor transporte e trânsito, agora com a municipalização do trânsito; e mais pavimentação, outro ponto crítico.

As nossas serras têm um programa específico de monitoramento; a coleta seletiva de lixo ainda está nos primeiros passos junto com as escolas e os Centros de Convivência, em projeto ainda (veja gráfico 4).

O Programa Saúde da Família é outro eixo, com o apoio integrado a pacientes de hanseníase; "Melhor Idade", "É Preciso Ter Peito", que é um incentivo ao aleitamento materno; "Assistência Farmacêutica", "Farmácia Verde", "Combate à Dengue"; "Vigilância Sanitária"; "Amigos da Saúde"; "Órtese, Prótese e Meios Auxiliares de Locomoção"; juntando-se a isso, claro, como um apêndice, o Hospital Dr. Argeu Braga Herbster, onde nós temos assistência ao nascimento e ao parto, com a modernização institucional do hospital, Odontologia Clínica e Laboratório (realmente muito moderno, todo informatizado) e atenção psicossocial (veja gráfico 5)

O quarto eixo é o "Desenvolvimento Rural", também é um grande desafio. Tem a questão da eletrificação rural, com muitos avanços; água potável nas comunidades do interior, que pretendemos quase que universalizar em todo o

Gráfico 8



município de Maranguape; o mercado de trabalho; o cooperativismo, dentro da visão do turismo rural e de uma cultura nova, que nós estamos buscando, que é a permacultura, com alguns projetos já em funcionando e outros a serem implementados: "Agricultura Orgânica e Mais Saúde", "Agricultura Urbana"; a "Fruticultura", a "Floricultura", "Apicultura", "Piscicultura", "Bacia Leiteira" (grande alternativa, com um grupo já trabalhando, o NIN); a Ovinocaprinocultura"; a "Mandioca" (grupo na Lagoa do Juvenal); a "Mamona" (desafio onde estão sendo negociadas parcerias); a "Galinha Caipira"; e a "Fava Danta" (grande novidade, um produto que vai abastecer uma fábrica que vai produzir produtos farmacêuticos, inclusive para exportação, e está sendo implementada na localidade de Columinjuba) (veja gráfico 6)

O último eixo é "Maranguape Município Cultural", uma prioridade que nós damos à cultura, não só na questão do lazer, no divertimento, mas, principalmente, na questão de formatar renda e trabalho. Estamos implementando uma parceria para construir o "Museu do Humor", devido ao ícone Chico Anísio; tem a "Festa da Independência", 7 de setembro, que é muito tradicional em Maranguape, isso de muito tempo, o "Carnaval Ecológico", "Festas Religiosas"; "Artesanato"; "Teatro", "Cinema Municipal"; "Estádio Municipal"; "Patrimônio Histórico e Memória"; "Museu do Bordado"; "Museu da Cidade", onde foi a antiga cadeia; "Festival do Humor"; e "Arte Junina" (veja gráfico 7).

Esse é o novo desenho institucional, com o núcleo central, de onde emanam esses programas e projetos, mostrando que há uma interligação entre todos eles, formando mais ou menos uma teia (veja gráfico 8).

A Agenda 21 faz parte hoje da vida, do empenho e do compromisso da população do município. Ela é hoje um referencial para o acompanhamento e avaliação da administração municipal por parte da população. A avaliação perpassa todas as propostas de projetos e programas. Só assim se pode concertar os erros e também buscar a correção de rumo, que é fundamental na elaboração desses projetos.

O "Pacto pela Vida", por exemplo, tem o mesmo estilo da "Teia pela Vida", tendo como principal ação a capacitação. É uma busca de trazer os excluídos para que se tornem incluídos em todos os processos. O forte é a questão do trabalho, de resgatar a auto-estima das pessoas. Começa por uma questão de solidariedade, de combate à desnutrição e à fome.

Há toda uma relação de tudo com tudo. Nós não consideramos as ações, as concepções isoladas. E sobre o empoderamento das comunidades, é muito importante. É claro que, a partir do momento que essas comunidades se orga-

nizam, elas agem, elas têm uma vida concreta, nos seus espaços.

Entre as ações específicas da Agenda de Desenvolvimento Humano e Sustentável para as comunidades serranas e a própria serra está o Plano de Monitoramento da Serra, que foi discutido em dois seminários, com a participação de ONGs e de entidades como a própria Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), que deu um grande incentivo. Foi feito um plano de ação, mas nem todas ações foram implementadas. Uma das questões era a sede da APA, resolvida com a implantação do Parque Professor Renato Braga, com auditório e espaços para educação ambiental. Mas esse não deve ser só um papel da Prefeitura. Acredito que ONGs, outras entidades devem também fazer essa capacitação.

Na capacitação com relação ao desenvolvimento humano na serra, a Fundação Terra é uma parceira. Está iniciando um projeto que contempla as capacitações nas escolas, com três oficinas já iniciais. Oficina de vídeo e documentário, papel reciclado e instrumentos musicais.

Em relação a sua Lei de Uso e Ocupação do Solo, temos o nosso Plano Diretor. A consultoria foi do Fausto Nilo. Foi criada uma Coordenadoria do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, que faz todo o acompanhamento dessa Lei. Nós achamos que é importantíssima a socialização da lei. Não adianta nós só termos um poder conhecido da Lei, ela na prateleira. Daí essa nossa proposta do "Jovem e a Cidade", onde a gente vai ensinar, nas escolas, toda uma concepção de cidade, como é que é a vida da cidade, como ela se forma, sua evolução urbana, essa questão de ocupação do solo, etc.

O plano diretor atua principalmente na questão física territorial e essa questão, é claro, tem uma importância enorme na Agenda 21. É a preservação dos espaços públicos, é a constituição com novos loteamentos das áreas que devam ficar para construção de equipamentos públicos e áreas verdes. Então há toda uma sintonia entre a Agenda 21 e o Plano Diretor.

Para dar continuidade à implantação da Agenda 21 pelas futuras gestões municipais é bom lembrar que o Plano Diretor é uma Lei. Todo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano é Lei, aprovado pela câmara, então o importante é que haja o controle social, o controle urbano. Para isso há que existir ONGs, cidadãos organizados, fundações que cobrem das futuras gerações a aplicação dessa lei. O Ministério Público está aí pra isso.

A Agenda 21 de Maranguape é um processo contínuo de compromisso de todos com todos, visando antes de tudo a qualidade de vida das gerações atuais e das que virão.

■ **Agenda 21 local** experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil

A Agenda 21 em Itapajé - avanços e desafios

Francisco Carlos Bezerra e Silva- Cacá
Maria Luiza Mesquita da Silva Braga

A Agenda 21, em Itapajé, tem sido antes de qualquer outra definição, um processo permanente de mobilização e educação da população em torno das questões relacionadas com a sustentabilidade municipal.

Itapajé possui uma área com pouco menos de 400 km² onde uma população de 42 mil habitantes concentra-se, na sua maior parte – 67 % - nas áreas urbanas. Sua geografia é bem particular em relação aos demais municípios cearenses: possui dois micro-climas que proporcionam paisagens bem diversas: a serra úmida e o sertão semi-árido.

Nessa confluência natural distribuem-se práticas econômicas altamente impactantes sobre ecossistemas vulneráveis. No sertão, sucessivos desmatamentos para a agricultura do algodão, no passado, e criação extensiva de rebanhos bovinos têm ocasionado uma redução acelerada da cobertura vegetal nativa provocando o surgimento de matas sucessivas marcadas fortemente pelo antropismo. Nas serras, o cultivo da banana tem levado regiões inteiras a perder sua cobertura original, extinguindo a presença de espécies próprias às áreas úmidas e desgaste acelerado dos solos das encostas.

Além da perda da flora nativa, o Município vem perdendo dia a dia preciosas nascentes, minas d'água que somem junto com a cobertura vegetal e provocam redução cada vez maior na oferta de água para a população. Os poucos riachos que ainda correm perdem ainda sua qualidade pela poluição provocada pela destinação inadequada dos resíduos sólidos e dejetos humanos.

Nas áreas urbanas os problemas se avolumam. Falta saneamento ambiental, há déficit de moradia, produção excessiva de lixo e violência social crescente. Problemas que o Município não tem conseguido combater sozinho, visto sua fragilidade econômica na geração de tributos próprios aliada à formação cultural de sua população que ainda não percebeu a inadequação do modelo desenvolvimentista em uso, fortalecido pelas regras estreitas do consumismo.

Dentro dessa conjuntura, a Prefeitura Municipal de Itapajé desenvolveu um processo de mobilização que se tornou conhecido como o Projeto Itapajé Verde & Saudável que culminou, entre outros dois produtos, com a sistematização da Agenda 21 do município.

1. A mobilização

Para a realização do projeto, o Município foi subdividido em vinte e quatro micro-áreas que conjugavam interesses comuns aos seus moradores. Em cada uma dessas áreas foi realizada uma mobilização junto à todos os segmentos que atuavam diretamente com a população: servidores públicos, educadores, representações comunitárias, religiosos, políticos e prestadores de serviços para que os mesmos participassem de um grande encontro onde seriam discutidas as questões relacionadas à sustentabilidade municipal.

Os encontros eram iniciados com técnicas que favoreciam a identificação dos potenciais da áreas, dos desejos e anseios de sua população e despertavam os afetos relacionados com a valorização e o cuidado. Em seguida, sob a facilitação de um grupo de moderadores, eram identificados os problemas que ameaçavam estes bens e discutidas suas causas e alternativas para superação.

Em cada área foram nascendo planos de intervenção local e demandas para o poder público. Os planos locais ficaram sob a coordenação de um grupo articulador, escolhido entre os membros participantes entre voluntários do grupo maior.

2. A sistematização

Após a realização de todos os encontros, os grupos se encontraram em uma Feira que se tornou conhecida como Feira da Integração onde, além dos seus potenciais e propostas, cada grupo expôs seus produtos e matérias primas, possibilitando um intercâmbio municipal como a cidade nunca tinha visto. Indicadores educacionais e de saúde, modelos de organização social, patrimônios

naturais e históricos foram compartilhados por ocasião da Feira. O evento serviu ainda para aproximar habitantes da mesma unidade federativa que, até então, apenas sabiam da existência de seus vizinhos.

Após a Feira foi realizado mais um grande encontro, desta vez reunindo representantes dos grupos articuladores, membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e o Governo Municipal. Neste momento foram apresentadas as demandas e propostas geradas nos encontros antecedentes e sistematizadas em blocos que, por ocasião de sua sistematização, formariam os capítulos do que se tornou a Agenda 21 de Itapajé.

A agenda, assim sistematizada, foi então reproduzida através de uma cuidada edição gráfica e devolvida à população pelas escolas, grupos articuladores e conselhos setoriais. O documento passou então a ser o orientador de estudos e discussões, de planos e programas, bem como a base do Plano Plurianual de Governo encaminhado à Câmara Municipal para aprovação ainda no mesmo ano de 2001.

3. A implementação

A implementação da Agenda vem se dando em diversos níveis e esferas. Sua coordenação é da responsabilidade administrativa da Prefeitura Municipal visto ser a mesma a maior implementadora de obras e serviços. Nessa esfera, muitas ações previstas já foram executadas e/ou estão em execução. Entre elas destacam-se:

- a) As políticas de saneamento ambiental com ênfase para a melhora na oferta de água potável e aperfeiçoamento do sistema de coleta e destinação dos resíduos sólidos;
- b) A revitalização da atividade artesanal como geradora de trabalho e renda sem prejuízos ambientais;
- c) A adequação curricular da rede municipal de ensino, com o desenvolvimento de projetos pedagógicos voltados para a educação para a sustentabilidade;
- d) A capacitação da população através de diversos momentos tais como seminários, conferências, feiras e cursos;
- e) O fortalecimento de atividades culturais, lúdicas, vivenciais e artísticas em distritos e bairros;
- f) O desenvolvimento de um programa de turismo aproveitando o potencial natural e a riqueza do patrimônio cultural existente;
- g) A melhoria na infra-estrutura da cidade e dos distritos; e

h) O fortalecimento dos canais de participação popular na gestão municipal.

Por outro lado, são muitas também as iniciativas que surgiram da sociedade civil na busca da sustentabilidade pretendida:

- a) Várias vilas e localidades rurais estão desenvolvendo a coleta seletiva de resíduos sólidos e também o aproveitamento de rejeitos da produção agrícolas (palha de arroz, sobras da banana);
- b) Organizações de produtores – como a associação dos fruticultores – vêm implementando modelos de agricultura ecológica e desenvolvendo novos produtos sobre suas matérias primas;

O Monitoramento vem sendo feito nas reuniões do Fórum Municipal, um encontro mensal que reúne membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, membros dos demais conselhos setoriais e que é aberto para qualquer cidadão buscar informações, fazer proposições, críticas e sugestões.

4. Os desafios

O maior desafio tem sido contrapor-se ao modelo proposto e amplamente massificado pela mídia onde o consumo de bens tornou-se o objetivo maior da satisfação humana. Modificar essa proposta significa dar um novo rumo á toda uma civilização, o que é uma tarefa pretendida pela Agenda 21 Global que deve ser compartilhada por cada agenda municipal, local e individual.

Outros desafios são os que estão relacionados à cultura política local onde ainda predomina a crença de que as agendas geradas pela iniciativa dos grupos que estão no comando da gestão devem ser refeitas a cada novo mandato. Diante disso, cabe fortalecer a prática da participação e a maturidade democrática que possam auxiliar na percepção do que é direcionamento político definido por grupos e do que é proposta de desenvolvimento municipal a ser perseguida por todos os que trabalham pelo fortalecimento do Município.

Planejamento estratégico participativo para o desenvolvimento local sustentável - a experiência de Natal - RN

Dione Maria de Freitas

“A natureza está ameaçada e a humanidade encontra-se numa encruzilhada civilizatória. Precisamos desenvolver um novo conjunto de significados, um novo senso de valores, capazes de redefinir nossas prioridades, na direção de um futuro justo, equitativo, solidário e ambientalmente sustentável. Fomos capazes de construir um grande progresso material,... mas, por outro lado somos testemunhas de um mundo socialmente polarizado e ambientalmente degradado”. (JARA, 1988:13).

Deixando-nos conduzir por nossas “pensamentações” e pelo convite da Fundação Konrad Adenauer para escrever sobre o tema do “Planejamento estratégico para o desenvolvimento local sustentável – a experiência de Natal - RN”, instigamo-nos (alguém já dizia que escrever/sistematizar nossa prática é um ato de ousadia) a socializar o processo de construção da Agenda 21 de Natal, intensificado em 2003, a partir de um projeto encaminhado pela Associação de Apoio às Comunidades do Campo (AACC/RN) e demais parceiros, aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), através do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

Começamos estas “pensamentações” situando, num primeiro momento, nossa compreensão dos conceitos que compõem o título desse texto: *desenvol-*

vimento local sustentável e planejamento estratégico participativo, contextualizando-os e articulando-os entre si, no atual cenário mundial. Em seguida, debruçamo-nos sobre o processo de Agenda 21 que vem sendo construído em Natal. Uma experiência de planejamento estratégico cujo maior desafio é entender que “cada um de nós compõe a sua história e cada ser em si possui o dom de ser capaz e ser feliz”¹, desde que as oportunidades estejam disponíveis para todos.

O agravamento da crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, a globalização da pobreza, a devastação ambiental e, por outro lado, as lutas antiautoritárias, o processo de redemocratização que se intensificou dos anos 80 em diante, além da crescente conscientização da limitação dos recursos naturais do planeta azul, deslocaram a ênfase dos debates e das análises, até então concentrada no crescimento econômico e na distribuição de renda, para a insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento e para a necessidade de forjar um novo padrão de desenvolvimento que garantisse a satisfação das necessidades da geração atual sem, no entanto, comprometer as necessidades das gerações futuras.

Nesse sentido, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, representou um avanço, quando conseguiu elaborar o documento denominado Agenda 21, no qual expõe os princípios e a pauta de ação necessária à configuração do novo padrão de desenvolvimento baseado na sustentabilidade. Mais do que um documento, a Agenda 21 foi acordada visando à promoção do desenvolvimento sustentável em escala planetária e aprofundou o sentido da sustentabilidade do desenvolvimento, para além da dimensão ambiental e para além da dimensão econômica, tornando-o multidimensional.

1. Mas, o que é desenvolvimento local sustentável?

O debate sobre desenvolvimento sustentável surge em contraposição ao modelo de desenvolvimento baseado na industrialização, na segunda metade do século XX. Enquanto conceito, é muito conhecido o estabelecido em 1997 no *Relatório da Comissão Brundtland*, como processo que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”.

1 Poesia musicada de Almir Sater.

O equatoriano Carlos Julio Jara, afirma que, quanto ao desenvolvimento sustentável,

“Existe um relativo consenso entre os autores de que se trata de um processo endógeno de mudanças, que se movimenta dentro de espaços territoriais menores, partindo na medida do possível de recursos, capacidades e habilidades próprias, orientado a melhorar as oportunidades de trabalho e a qualidade da vida.” (Jara, 1998:12).

Para Ignacy Sachs, o desenvolvimento sustentável deveria estar baseado em três princípios básicos: a *prudência ecológica*, entendida como condição para a qualidade de vida; a *eficiência econômica*, capacidade de produzir mais e melhor com economia de recursos, capital e trabalho; e a *justiça social*, oportunidades semelhantes para todos (Sachs, 1990).

Dessa forma, a elevação da qualidade de vida e a equidade social constituem *objetivos centrais* do modelo de desenvolvimento; a eficiência econômica e o crescimento econômico constituem *pré-requisitos* fundamentais para elevar a qualidade de vida, embora não suficientes; a conservação ambiental é um *condicionante* decisivo da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção no longo prazo para as gerações futuras (Miranda et alii, s/d).

Para complementar o conceito de desenvolvimento local sustentável, cabe ressaltar o significado do termo *local*, a partir do mesmo entendimento de Carlos Jara. Citando Manuel Chiriboga (1998), Jara afirma que,

“Quando falamos de o ‘local’, estamos falando de relações políticas, sociais, econômicas e ambientais que vinculam ou separam a determinados atores, dentro de um espaço territorial. Estamos falando de uma determinada malha social e institucional articulada por um esquema de poder, dentro de certos limites ou fronteiras, que se organiza e movimenta, através de relacionamentos historicamente determinados, condicionando determinadas práticas e comportamentos coletivos. O que estrutura o local, por conseguinte, não é o território como base física, mas, essencialmente, os relacionamentos, os fios condutores que ligam o pequeno mundo territorial com o social, o político, o econômico e o cultural”. (Jara, 1998:12).

Nesta ótica, o *local* vem se constituindo no espaço onde se gesta a construção de uma nova institucionalidade, onde se gestam espaços de con-

vergência e concentração dos atores locais, promovendo a construção de parcerias, redes e todas as formas de cooperação que possibilitem a valorização e a criação de riquezas locais no âmbito das quais se processam conflitos e consensos em torno de uma proposta de desenvolvimento que tenha sustentabilidade.

Assim, o desenvolvimento local sustentável tem como fim maior a construção de uma sociedade sustentável que possa compartilhar o cuidado com o planeta, o cuidado com as outras pessoas, o cuidado com todas as formas de vida, agora, no futuro e sempre. Falar sobre uma sociedade sustentável implica em falar de multidimensionalidade; implica em falar sobre a sustentabilidade ambiental, ecológica, demográfica, cultural, social política, institucional, econômica, científico-tecnológica; implica em falar sobre as dimensões “invisíveis” da sustentabilidade, incluindo nesse rol, a chamada “dimensão espiritual”.

O desenvolvimento local sustentável pressupõe, então, conquista, continuidade e permanência da qualidade de vida e das oportunidades da sociedade ao longo do tempo, incorporando uma perspectiva de longo prazo.

2. Mas, como alcançar esse desenvolvimento sustentável?

Mesmo havendo uma espécie de consenso da necessidade de configuração do novo padrão de desenvolvimento baseado na sustentabilidade, há um grande desafio: como tornar o desenvolvimento sustentável real?

Andrade (2001) alerta para a importância fundamental da dimensão política para a manutenção e a sustentabilidade do desenvolvimento. Para que esse novo desenvolvimento aconteça, faz-se necessário democratizar o Estado, o que requer, entre outras coisas, a abertura do aparato estatal para o controle do cidadão; faz-se necessário, também, democratizar a própria sociedade, o que supõe o fortalecimento das organizações sociais, a democratização das informações e a capacitação para a tomada de decisões. Fala-se, ainda, de um outro tipo de capital importante para esse tipo de desenvolvimento, o capital social.

Acrescentamos, também, o capital humano como imprescindível para qualquer tipo de mudança que se queira empreender. Um capital humano que geste um capital social e fomenta uma torcida a favor do desenvolvimento local sustentável.

Victor M. Toledo, no texto *Princípios etnoecológicos para el desarrollo sustentable de comunidades campesinas y indígenas*, fala sobre uma consciência comunitária, sem a qual o desenvolvimento sustentável não pode acontecer. Como, então, alcançar/envolver essa consciência comunitária? O autor nos fornece a pista de que devemos levar em conta o estágio atual de desenvolvi-

mento da comunidade para, a partir daí, construir um plano de desenvolvimento comunitário. A questão passa a ser: como fazer esse plano? Qual a metodologia mais adequada? Como fazer com que as comunidades possam se apropriar desse plano? Como transformar esse plano em um instrumento eficaz de negociação? Como fazer com que esse plano seja realmente um “instrumento essencial de luta e resistência”?

Evidentemente, não estamos preocupados em estabelecer um modelo, uma receita de bolo, para o desenvolvimento sustentável. Os questionamentos apontam muito mais para o sentido de produzir conhecimentos teóricos que tenham aplicabilidade concreta, que sejam capazes de transformar a realidade na qual estamos inseridos. Isto significa: sair do discurso teórico sobre desenvolvimento sustentável para a prática de desenvolvimento que realmente tenha sustentabilidade e que seja capaz de garantir as necessidades – o acesso e o respeito ético a todas as formas de vida – das gerações atual e futura.

3. Caminhos percorridos/adaptados/(re)adaptados

Temos alguns pressupostos, caminhos já percorridos, trilhas, enfim, que nos apontam possibilidades de fomentar processos sustentáveis de desenvolvimento. O planejamento, por exemplo, é ferramenta imprescindível para que ocorra desenvolvimento local sustentável, pois, como já disse Thiago de Melo, “não há vento favorável para quem não sabe onde quer ir”.

Não estamos falando daquele planejamento centralizado e tecnocrático no qual o Estado definia os objetivos, as formas de intervenção e os instrumentos que deveriam ser utilizados. Falamos de um planejamento pró-ativo, de processos de planejamento nos quais a população é instigada a conhecer/compreender/diagnosticar a sua realidade e a pensar/priorizar ações que sirvam de ponte para a consolidação de objetivos comuns. Falamos de processos que transformem a população em protagonista de sua história, protagonista da realização de sonhos, desejos e necessidades.

Falamos de planejamento estratégico participativo; planejamento estratégico concebido como um “processo ordenado e sistemático de decisão que antecipa o futuro e define ações que viabilizam objetivos que se pretende alcançar” (Miranda et alii, s/d: 72). Participativo porque partimos do pressuposto de que não há desenvolvimento local sustentável sem *participação cidadã*. Esse termo cunhado por Teixeira, contempla dois elementos: primeiro, o “fazer ou tomar parte”, no processo político-social; o segundo, o elemento “cidadania”, no sentido “cívico”, enfatizando as dimensões da universalidade, da

igualdade de direitos, responsabilidades e deveres. “A dimensão cívica articula-se à idéia de deveres e responsabilidades, à propensão ao comportamento solidário, inclusive relativamente àqueles que, pelas condições econômico-sociais, encontram-se excluídos dos direitos, do direito a ter direitos” (Teixeira, 2002:32). Participativo porque “a participação social é condição primordial para a sustentação e a viabilidade política de caminhos e mudanças necessárias ao desenvolvimento” (Miranda et alii, s/d). Enfim, participativo porque a participação precisa ser entendida como um instrumento de controle social e da possibilidade de cidadãos e cidadãs definirem critérios/parâmetros para orientar a ação pública.

Na prática, esse referencial (ou essas concepções) tem se concretizado numa proposta sistemática de atuação, que tem permeado o trabalho de assessoria ao desenvolvimento local, com foco na sustentabilidade, desenvolvido pela AACC/RN. Chamamos esta proposta de *Metodologia de Capacitação na Ação* ou Metodologia C.R.I.A.R² de Capacitação via Resolução de Interesses Associativos Rurais e urbanos, cujos princípios metodológicos são:

- **Ação Local para a Emancipação e a Auto-sustentação** – O trabalho de assessoria acontece a partir de uma interação a/efetiva com os atores de uma realidade local. Isso exige um conjunto de ações e resoluções, algumas imediatas, por parte da comunidade que está vivendo essa realidade. Trata-se de uma visão que enxerga a realidade numa ótica multidimensional e leva a reflexões sobre as ações; reflexões críticas e criativas que possam gerar novas ações melhoradas. E assim por diante, num processo gerador de resultados concretos, na busca da emancipação e da auto-sustentação locais, através das quais os participantes possam se animar e se descobrir enquanto sujeitos construtores/transformadores de sua própria realidade, interagindo uns com os outros e procurando transformarem-se ao mesmo tempo (PRÁXIS);
- **Formação de Recriadores para a Autonomia** – É imprescindível a ampliação do impacto das experiências locais. Para tanto, é preciso gerar competências locais que possam (re)criar e disseminar o proces-

2 Metodologia formulada por Hildemar Peixoto, Eng^o Especialista em Gestão e Assessor Técnico da AACC/RN. Para uma leitura aprofundada ver: PEIXOTO, Hildemar. **Gestão Local: o desenvolvimento como exercício substantivo de participação, solidariedade e autonomia**. Dissertação de mestrado pela UFRN-PpgEM. Natal, 1999.

so de capacitação com autonomia. Não falamos de auto-suficiência, mas de aclarar as relações de interdependência, de pluralidade e de complementaridade. Para chegar a isso, há que se trilhar um caminho (os 4 As):

- ninguém age sobre sua realidade se não acredita em si mesmo, se não sabe seu valor (*Auto-estima*);
- quem conhece sua realidade, expressa em limites e potencialidades, sabe o que tem para dar e o que precisa buscar no outro, no externo (*Autodescobertas ou Autodiagnósticos*);
- praticamente, é impossível ajudar quem não quer se ajudar, quem não sabe o que quer, onde quer chegar, quem não está incomodado com sua situação de vida (*Autodeterminação*);
- podemos afirmar que é impossível atingir autonomia sem conquistar condições de gerar e gerir seu próprio sustento de forma duradoura, explorando seus potenciais em harmonia com o meio ambiente (*Autosustentação*).
- **Subsidiariedade** – Só quem pode começar a resolver os problemas e aproveitar potenciais são as pessoas que vivem diretamente essa realidade diagnosticada. O que pode ser feito aqui e agora, que seja feito como prática acompanhada da capacitação (ações emergenciais, imediatas). O que não dá para se fazer sozinho e agora, precisa ser planejado para que, num futuro próximo, seja levado às instâncias maiores (públicas e até privadas) de decisão e ação com maiores possibilidades de negociação (ações estratégicas);
- **(Re)Criação de Instrumentos de Análise e Ação Apropriados** – É preciso desenvolver instrumentos, ou seja ferramentas de trabalho com as quais os atores locais possam analisar e intervir na realidade e possam conceber e refletir práticas de autonomia e subsidiariedade (PRACS - Práticas Acompanhadas de Soluções). É necessário, também, desenvolver métodos apropriados de trabalho que facilitem o alcance dos objetivos/resultados - dimensão dos produtos, mas que, principalmente, provoquem e promovam a criatividade e a emanci-

pação - dimensão dos processos.

Nesses termos, pensamos/acreditamos/defendemos que toda intervenção na realidade deve ser concebida como um processo solidário de construção do saber, sempre partindo da expressão reflexiva, crítica e criativa dos atores envolvidos. Trata-se de um processo pedagógico de assessoria no qual conhecimentos e experiências são constantemente confrontados/aprofundados/sistemizados de forma a garantir um entendimento histórico-crítico da realidade numa perspectiva de transformação.

No entendimento, por fim, de que precisamos acreditar nas “gentes” que compõem esse mosaico chamado mundo e, concordando com Betinho, vieram ao mundo para brilhar.

4. O processo de construção da Agenda 21 de Natal³

*“Estamos na luta para florescer amanhã
como uma nova civilização, mestiça e
tropical, orgulhosa de si mesma”.*

Darcy Ribeiro

O Rio Grande do Norte não tem, ainda, Agenda 21, mas Natal é a segunda capital do Nordeste a iniciar o processo de discussão de sua Agenda 21. O projeto tem como proponente a Associação de Apoio às Comunidades do Campo; como financiador, o Fundo Nacional do Meio Ambiente; e como parceiras, organizações não governamentais e governamentais.

O projeto propõe uma ampla mobilização social, uma imersão no imaginário de cada cidadão e de cada cidadã que vive nos trinta e seis bairros da capital. Serão, ao todo, 96 oficinas para entender/contextualizar/construir a Agenda 21 de Natal.

5. Como tudo começou...

O processo de construção da Agenda 21 de Natal iniciou-se a partir da consulta estadual da Agenda 21 Brasileira, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente, no ano 2000. No mesmo ano, a AACC/RN, em parceria com a

3 “Construção da Agenda 21 de Natal”, AACC/RN e parceiros, março/2002, Natal/RN. Projeto objeto de consultoria - apoiado pela Fundação Konrad Adenauer - de Joaquim Apolinar Nóbrega Diniz, Agrônomo, mestre em Economia Rural e assessor técnico da AACC/RN.

UFRN e com apoio da KAS, realizou o Seminário Agenda 21 Local com o objetivo de sensibilizar a sociedade civil e as prefeituras municipais do Rio Grande do Norte para iniciarem suas Agendas locais.

No início de 2001, foi criado o Grupo de Articulação da Agenda 21 Local, que tinha como missão priorizar o processo de construção da Agenda 21 de Natal e, como estratégia, o processo de sensibilização dos poderes legislativo e executivo de Natal, além de outras instituições e movimentos sociais.

Ainda em 2001, o Grupo de Articulação solicitou à presidência da Câmara Municipal de Natal a realização de uma audiência pública visando à sensibilização do legislativo municipal. A audiência aconteceu no mês de agosto, contou com a participação de mais de cem pessoas, com expressiva presença de vereadores, representantes de organizações governamentais e não-governamentais. Como resultado da audiência, foi constituído o Fórum Pró-Agenda 21 de Natal.

Em novembro de 2001, aconteceu o Seminário Agenda 21 de Natal, promovido pela AACC/RN, com o apoio da KAS. O evento teve como objetivos: sensibilizar a população e envolver os diversos setores da sociedade no processo de elaboração e implementação da Agenda 21 de Natal; apresentar experiências locais de planejamento como contribuição para o debate da Agenda 21 de Natal; e discutir/referendar a proposta de roteiro metodológico para construção da Agenda 21 local.

No início de 2002, o Fórum Pró-Agenda 21 priorizou: a discussão sobre o edital lançado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) para elaboração de Agendas 21; a constituição da comissão de redação do projeto, definição da entidade proponente, no caso, a AACC/RN, e das parceiras; a contrapartida a ser aportada por cada instituição; e reunião para aprovação da versão final do projeto a ser enviado para o MMA.

O MMA recebeu 87 projetos, em plano nacional. Aprovou nove, ficando o projeto para construção da Agenda 21 de Natal como primeiro colocado.

No final de 2002, foi realizada a assinatura do Termo de Parceria para construção da Agenda 21 de Natal pela AACC, pelo MMA e demais parceiros.

6. O projeto “Construção da Agenda 21 de Natal”

*“... Vamos lá fazer o que será”
Gonzaguinha*

O projeto para “Construção da Agenda 21 de Natal” foi elaborado

conforme orientação do edital lançando pelo MMA, no ano de 2002 e de acordo com a experiência em planejamento estratégico participativo da AACC/RN e dos demais parceiros. Tem como objetivo geral “construir um plano de ação estratégico que conduza ao desenvolvimento sustentável de Natal, através de um processo participativo”; e tem como objetivos específicos: a) capacitar membros de instituições parceiras da Agenda 21 de Natal em planejamento estratégico; b) sistematizar dados secundários sobre o município de Natal; c) realizar diagnóstico participativo e elaborar um plano de ação nos 24 bairros de Natal; e, d) definir as prioridades, estratégias e mecanismos de implementação da Agenda 21.

7. Instituição proponente

A instituição escolhida/reconhecida pelo Fórum Pró-Agenda 21 de Natal para ser proponente do projeto junto ao MMA, foi a **Associação de Apoio às Comunidades do Campo – AACC/RN**⁴, que é uma ONG (Organização não Governamental), tendo sido fundada em 1985, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a partir de março de 2000.

A AACC/RN tem como missão “Fortalecer o Processo de Construção da Cidadania para o Desenvolvimento Sustentável” e a sua finalidade é “capacitar e assessorar para a cidadania e o Desenvolvimento Local Sustentável, fomentando a atuação dos sujeitos locais”.

8. Instituições Parceiras

*“Não precisamos de muita coisa.
Só precisamos uns dos outros.”*
Carlito Maia

A ONG **Grupo Colméias de Projetos, Assessorias e Serviços**, cuja missão é atuar com criatividade, qualidade e autonomia, possibilitando aos sujeitos e atores sociais construir alternativas políticas, econômicas e culturais buscando, em harmonia com a natureza, as mudanças sociais;

A **PRODUTEC**, ONG cuja missão é elaborar projetos de engenharia e de investimentos industriais, agro-industriais, turismo, comerciais, rurais,

4 Maiores informações: AACC/RN, Rua Dr. Múcio Galvão, 447, Lagoa Seca, Natal/RN. CEP 59020-550. Fone/fax: 84 211 6131/211 6415. E-mail: aaccrn@aaccrn.org.br.

comunitários e serviços de qualquer natureza;

A **Prefeitura do Natal**, cuja missão é promover um governo democrático para a conquista da sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico e ambiental da cidade, assegurando a qualidade de vida de sua população atual e futura;

A **Universidade Potiguar**, que tem como missão formar e educar cidadãos comprometidos com valores éticos, sociais, culturais e profissionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Norte;

A **Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, que tem como missão produzir e disseminar o saber universal, contribuir para o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social, a democracia e a cidadania;

O **Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte**, cuja missão é formular, coordenar, executar e supervisionar a política estadual de preservação, conservação, aproveitamento, uso racional e recuperação de recursos naturais.

Para garantir a efetivação real de parceria institucional, as responsabilidades e a indicação de profissionais para acompanhar todas as etapas e atividades previstas na execução do projeto foram antecipadamente acordadas.

Além dessas, mais 38 organizações assinaram o “Termo de Adesão”: um compromisso em contribuir com a execução do projeto em Natal.

9. Metas e atividades: primeiro as primeiras coisas

O processo de construção da Agenda 21 de Natal ocorrerá em **duas** fases: a fase I se dedica à construção dos *cenários de desenvolvimento sustentável*; a fase II se dedica à *construção da Agenda 21 de Natal*, propriamente dita.

A **fase I**, conta com 06 metas:

9.1. Sensibilizar a população natalense sobre o processo de construção da Agenda 21

Essa meta tem como principal objetivo informar a população sobre o que é Agenda 21 e que Natal, finalmente, vai iniciar um processo de planejamento participativo que conduzirá ao seu desenvolvimento sustentável. Para tanto, será realizada uma ampla divulgação nos meios de comunicação; será elaborado um

jornal específico, o *Jornal da Agenda*, que terá como tema a Agenda 21 e o Desenvolvimento Sustentável; será realizado um seminário para lideranças de bairros e instituições que têm atuação na cidade de Natal, com apresentações culturais, encerrando o evento com o “abraço de Natal”. O Abraço de Natal é uma ato simbólico de compromisso de todos com a construção da Agenda 21.

Além disso, mesmo não estando previsto no projeto, já foi realizada uma reunião com as lideranças de todos os bairros de Natal para explicar o que significa fazer/tomar/ser parte da Agenda 21 local; também uma reunião com todo o secretariado municipal para discutir como se dará a inserção das secretarias nas diferentes metas do projeto. E devemos ressaltar que estamos aproveitando as atividades que já são realizadas nos bairros, seja por organizações governamentais ou não-governamentais, para divulgar o significado da Agenda 21.

Aproveitar/valorizar/respeitar o que já acontece em cada bairro é de fundamental importância para o sucesso da Agenda 21.

(Essa meta já foi realizada, em março de 2003. Contou com a participação de, aproximadamente, 3.000 pessoas).

9.2. Atualizar os diagnósticos sobre a cidade de Natal

Os objetivos/atividades maiores dessa meta são: a) atualizar os tantos diagnósticos já produzidos sobre Natal; b) mobilizar técnicos e técnicas sobre as mais diversificadas áreas de conhecimento e agrupá-los em núcleos de trabalhos de acordo com afinidades/saberes de cada um; e, c) fazer um levantamento de todas as organizações da sociedade civil existente em Natal (banco de dados).

(Estamos concluindo essa meta).

9.3. Capacitar 80 pessoas em planejamento estratégico, diagnóstico de Natal e coordenação das atividades da Agenda 21 de Natal

Essa meta se constitui em uma preparação inicial para o primeiro encontro nos bairros. Para tanto, serão realizadas capacitações em planejamento estratégico, diagnóstico de Natal e em mobilização/coordenação/animação de atividades/oficinas.

Mesmo não estando previsto no projeto, será realizada uma capacitação voltada para orçamento público. A idéia é entender como se compõe um orçamento, para que depois possamos estabelecer a ponte entre a realidade

diagnosticada em cada bairro, o sonho e os desejos da população natalense e o orçamento disponível para o município.

9.4. Realizar 24 encontros de mobilização para a construção da Agenda 21 de Natal

Este seria o momento de ter o primeiro contato com os/as moradores/as de cada bairro; momento de mobilização/sensibilização, um convite para que cada um se sinta estimulado e entenda a importância de participar da agenda 21 de seu bairro. O tema do encontro será: “conhecendo a Agenda 21”. Um grande desafio será garantir a presença de um número significativo de pessoas. Para tal, contaremos com uma ampla campanha de mobilização para o encontro, com carro de som, as escolas, utilizando diversas atividades que envolvam, inclusive, crianças, como, por exemplo, a apresentação de grupos culturais do próprio bairro, etc.

Representantes do bairro deverão ser indicados para compor o Fórum da Agenda 21 de Natal. Sabemos que, do sucesso dessa primeira atividade no bairro, dependerão as demais atividades previstas.

9.5. Realizar 24 diagnósticos participativos nos bairros de Natal

Este segundo encontro nos bairros, intitulado: “o bairro e a cidade onde vivemos”, será o momento para a população discutir a sua realidade; o momento de discutir problemas, potencialidades, oportunidades e ameaças; o momento para a população enxergar/descobrir/problematizar/apropriar-se de sua realidade e tornar-se protagonista de sua história.

O diagnóstico participativo de que trata essa etapa se refere à construção coletiva de uma leitura da realidade do bairro e da cidade. O material produzido será sistematizado e cruzado com o diagnóstico anteriormente produzido, o que resultará no documento “Diagnóstico Participativo de Natal”. Uma síntese do Diagnóstico Participativo de Natal será publicada e, também, será tema do *Jornal da Agenda* no 2. Esse material será amplamente distribuído para retornar à população o resultado do segundo encontro.

9.6. Elaborar os cenários de Desenvolvimento Sustentável – Natal do futuro – em 24 bairros de Natal

Este terceiro encontro nos bairros terá como tema: “o bairro e a cidade que queremos”. Tem como objetivo apontar situações de desenvolvimento

sustentável para o bairro e a cidade. Cada participante será estimulado a pensar, a partir de sua realidade, sonhos, desejos e necessidades, uma situação ideal para viver e morar e bem. É importante que, neste momento, fique claro quais caminhos/possibilidades já existem e quais podem passar a existir para fazer a ponte entre o sonho e a sua concretização.

Esta meta conta, também, com a realização de um seminário com o tema “desenhando cenários e definindo prioridades e estratégias para a Natal do futuro”. Este será um grande momento de consolidação do Fórum da Agenda 21 de Natal, que foi se constituindo e se fortalecendo desde o primeiro encontro nos bairros. O resultado do que for produzido será conteúdo do *Jornal da Agenda 21* no 3, a ser distribuído amplamente com a população.

A fase II – Construindo a Agenda 21 de Natal – conta com 02 metas:

9.7. Elaborar um plano de ações em 24 bairros, os quais conduzam ao Desenvolvimento Sustentável de Natal

Com o tema “o que e como fazer para construir a Natal do futuro”, será realizado o quarto encontro nos bairros, com o objetivo de elaborar um plano de ação para o desenvolvimento sustentável de Natal que contemple os cenários elaborados anteriormente. Será um momento de proposição e de protagonismo da população de cada bairro e de entendimento que há ações que, talvez, possam acontecer a curto prazo, mas há outras que só poderão acontecer a longo prazo. Qualidade de vida não se muda de uma hora para outra.

Este conjunto de proposições reforçará não somente a responsabilidade dos poderes públicos para com a sua realização, mas, principalmente, a importância das organizações sociais na construção da cidadania.

9.8. Referendar as prioridades e ações da Agenda 21, reafirmando compromissos das instituições

Esta última meta conta com a realização, pelo Fórum 21 de Natal, de mais um seminário com o tema “Feliz Natal do futuro”, com os objetivos de apresentar/referendar a Agenda 21, reafirmar compromissos institucionais e definir/negociar a continuidade/implementação do processo. O documento-síntese da Agenda 21 será tema do *Jornal da Agenda 21* no 4 e será realizada uma ampla campanha de divulgação.

O projeto de construção da Agenda 21 de Natal conclui-se com o plano

de ação, os instrumentos e mecanismos de sua implementação e os compromissos institucionais com a manutenção do Fórum 21.

10. Estratégias de continuidade

A Agenda 21 de Natal tomará como estratégias de continuidade as seguintes diretrizes:

- Consolidação do Fórum 21 de Natal, enquanto espaço principal de reflexão, de retroalimentação da Agenda local e de gestão;
- Eleição de prioridades dentre as ações contidas no plano da Agenda: a fim de iniciar concretamente a implementação da Agenda, serão definidas ações prioritárias a serem executadas num médio prazo. Essas ações terão assim a finalidade de fazer a Agenda efetivamente “sair do papel”.

A grande expectativa é que a Agenda 21 de Natal possa servir de documento de cabeceira, enquanto processo, para o gestor atual; enquanto produto, de referência para o próximo ou próxima gestor/a local. O grande desejo é que a Agenda 21 possa trazer a sustentabilidade ao desenvolvimento de Natal e sua gente.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Ilza Araújo L. O desenvolvimento sustentável entre o discurso e a prática. In: O município no século XXI. Natal: PROEX/UFRN e Konrad Adenaur Stiftung, 2001.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Descentralização e reforma agrária. Brasília: IICA/INCRA, 1998.

JARA, Carlos Julio. A sustentabilidade do desenvolvimento local - desafios de um processo em construção. PCT/SEPLAN-PE/IICA, 1998. 316 p.

MIRANDA, Carlos, et alii. Planejando o desenvolvimento sustentável. Brasília, IICA, s/d.

SACHS, Ignacy. “Recursos, emprego e financiamento do desenvolvimento:

■ **Agenda 21 local** experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil

produzir sem destruir – o caso do Brasil”. Revista de Economia Política (10), jan/mar. 1990.

TEIXEIRA, Elenaldo. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. 3. ed. São Paulo/Recife/Salvador: Cortez/EQUIP/UFBA, 2002. 224 p.

TOLEDO, Victor M. Principios etnoecologicos para el desarrollo sustentable de comunidades campesinas y indigenas. Disponível: <http://www.ambiental.net/claes/biblioteca/Toledo.html>.

Planejamento estratégico para o desenvolvimento local sustentável - a experiência da Agenda 21 da Floresta em Belterra

Paulo Roberto Sposito de Oliveira (Magnólio)

1. Introdução

O Projeto Saúde e Alegria é o nome de fantasia do CEAPS, Centro de Estudos Avançados em Promoção Social e Ambiental, sediado em Santarém, Pará, que atua desde 1989 junto a 31 comunidades dos municípios de Santarém e Belterra, tendo como objetivo apoiar e incentivar processos participativos e integrados de desenvolvimento comunitário global e sustentável, geridos pela própria população, interativos e alterativos às políticas públicas capazes de se multiplicar espontaneamente a partir de dinâmicas e realidades locais, contribuindo de maneira demonstrativa com experiências concretas na constituição de políticas sociais e ambientais na Amazônia.

Atuando em parceria com a KAS (Fundação Konrad Adenauer) desde julho de 1994, caminhamos com o objetivo da construção de um mundo mais igualitário, uma sociedade democrática com melhores condições e com qualidade de vida; estamos enfim na busca da cidadania planetária.

Nos últimos anos, o Projeto Saúde e Alegria - PSA - vem estreitando suas relações com outras instituições públicas e privadas no sentido de buscar o cumprimento de seus objetivos.

Tal envolvimento ocorre de diversas maneiras, por isso vimos dando uma atenção especial ao fortalecimento das articulações com os organismos que

desenvolvem, formulam e implementam as políticas públicas como, por exemplo, os institutos federais, as secretarias estaduais de governo, as prefeituras municipais, as câmaras de vereadores e os conselhos municipais de direitos (da criança, da saúde, de turismo e meio ambiente, etc.).

Atuar em tais instâncias de reflexão e decisão foi um dos caminhos estratégicos escolhido para que o trabalho do PSA esteja cada vez mais presente nos eixos que consolidam as linhas de diretrizes e políticas que formalizam os diversos programas.

Nossa preocupação é de contribuir na construção de um futuro sustentável para a Amazônia nas diversas dimensões (social, cultural, econômica, ecológica e política), onde também se inclui a consolidação de parcerias do poder público com a sociedade civil para a execução de projetos como uma forma democrática de podermos pensar em desenvolvimento econômico com equidade social, ocupando racionalmente os espaços sem destruição ambiental.

Entendemos, pois, que, atuando junto a estes foros, podemos estar propondo, participando e promovendo uma reflexão compartilhada e direcionada para o exercício da cidadania. Isto tem se tornado possível graças à credibilidade crescente alcançada pelo PSA junto ao poder público, que, por sua vez, encontra-se permeável e aberto para um diálogo franco e de construção coletiva.

Desta maneira, é possível contribuir para o debate da descentralização, estando presente e promovendo o exercício da cooperação entre as instituições, buscando como enfrentar os desafios do novo século e seus paradigmas, bem como cumprindo nosso papel na aproximação do poder público com as diversas organizações e entidades da sociedade civil na busca de definições claras de propósitos e de diretrizes de implementação de ações conjuntas.

Neste contexto, o potencial de inserção crescente do PSA com as políticas públicas e sua atuação neste âmbito se apresentou bastante favorável em 2002, uma vez que o ano de 2001 foi um momento de fortalecimento institucional do Projeto Saúde e Alegria como um todo, tendo em vista a efetivação de novos convênios junto às Agências Nacionais e Internacionais de Cooperação, permitindo elevar nossa capacidade executiva e política, com o aumento dos quadros de equipe técnica, a melhoria das condições operacionais para o bom desenvolvimento das atividades e, com isso, a ampliação das articulações inter-institucionais com entidades públicas e privadas.

A capacidade executiva e política do PSA alcançada em 2001 possibilitou garantir as bases necessárias para o aprofundamento dos trabalhos nas comunidades-alvo de maneira a avançar na consolidação de experiências demonstrativas de desenvolvimento comunitário sustentado, contribuindo de modo

concreto na construção de modelos que possam apontar caminhos para o aperfeiçoamento das políticas públicas para a região.

Por outro lado, concomitantemente às ações comunitárias, também foram intensificadas as articulações e parcerias do PSA com outras instituições e/ou redes governamentais e não-governamentais, seja nas esferas federal, regionais, estaduais ou municipais, visando elevar a sua participação nos espaços disponibilizados para o intercâmbio metodológico, assim como aumentar a integração das ações, além da promoção do debate em torno da formulação e do aprimoramento das políticas públicas sociais, ambientais e econômicas para a Amazônia.

2. O município de Belterra

Em 1927, a Ford Motor Co. conseguiu junto ao governo brasileiro uma área de um milhão de hectares para plantio de seringueiras, em Itaituba e Aveiro, procurando com isso dar sustentáculo para a indústria automobilística e ser auto-suficiente no comércio de pneus, que até então tinha domínio inglês.

Na década seguinte, em 1934, devido à “doença das folhas”, e à distância do centro de comercialização, Santarém, junto ao governo do Pará foi possível uma permuta de 250,5 ha por uma área de igual tamanho a 50 km de Santarém, nascendo assim, a Bela Terra, depois Belterra, principal alvo dos investimentos da Ford Co.

Foi então, construída uma pequena cidade com casas residenciais, hospital, escolas, sistema de água e esgoto, energia elétrica, telefone, fábrica de gelo, praças de esportes e serrarias. Era um padrão incomum para a região naquela época (mesmo até hoje?).

Devido à insuficiência de mão-de-obra, foram contratadas pessoas de outras cidades do Pará e nordestinos, recrutados e contratados por bons salários e fugindo da seca que assolava o Nordeste. Os médicos, técnicos em quase a totalidade, vinham da França, da Holanda e dos Estados Unidos.

Este projeto teve seu ápice nos anos de 1934 a 37, quando se plantou mais de 3 milhões de pés de seringa, tendo sido montado um laboratório de produção de clones, enxertos e cruzamentos, dados que se perderam em sua totalidade, exceto por alguns registros nos arquivos da Embrapa de Belém.

Nos anos posteriores, em 1943, a empresa desistiu do empreendimento por inúmeros problemas entre outros a dificuldade de conseguir mão-de-obra que previa 18 mil homens, e mal se conseguiram 5 mil, além da morte do filho de Henry Ford, responsável pelo projeto.

Em 1945, diz-se que, por preço simbólico, foi negociado com o Banco de Crédito da Borracha, hoje o BASA, ficando gerido pelo Instituto Agrônômico do Norte (IAN).

Apesar das tentativas de tornar a cidade um pólo de exploração agropecuária, em 1950 intensificou-se a produção de borracha, tendo sido criada uma usina de beneficiamento, 12 postos de recebimento de leite, tendo sido adquirido um navio e caminhões para escoar a produção, que passou a ser comprada pelas grandes companhias.

A seguir, em 1958, houve o enquadramento dos funcionários ao Ministério da Agricultura; e em 1960 atingiu-se uma produção de 12 t de leite de látex por dia, com rígida fiscalização e sem explorar todas as árvores.

No final da década de 60, os recursos minguam, a fiscalização afrouxa, desprezam-se os tratos com as árvores, o fogo da época da estiagem se incumbem de dizimar milhares de árvores, com isso diminuindo o quadro de trabalhadores que foram desviados de suas funções. A contratação de pessoas sem qualificação profissional causou a morte de várias árvores, e a mistura de água ao látex para a busca do “ganho fácil” contribuiu para uma grande decadência. A situação é agravada com o programa de aposentadoria proporcional, diminuindo ainda mais o quadro de 600 para 170 funcionários. Toda a infra-estrutura foi abalada e, ao descaso do governo, juntou-se a indiferença dos políticos e a pouca aceitação da administração local.

Na década de 70, tentou-se salvar o final do patrimônio, alocaram-se recursos, nova frota de veículo e promoveu-se a recuperação e construção e alguns prédios.

Em 1987, um grupo de homens e mulheres belterrenses, conscientes de que não havia mais perspectiva a seu favor junto ao governo, amadurece a idéia da emancipação, acontecida em 1995, quando Belterra começa a fazer a sua própria história.

Atualmente a cidade tem um sistema de saúde que conta com 1 hospital, 5 postos de atendimento, 2 ambulâncias; abrigando 2 médicos, 1 dentista, 4 enfermeiras, 24 auxiliares e 29 ACS (Agentes Comunitários de Saúde). Seu hospital, que já fora o mais equipado da região, foi desativado por não corresponder aos padrões exigidos pelo sistema.

Belterra conta com uma economia essencialmente agrícola, tendo na produção de farinha seu maior e expressivo destaque, além de arroz, café, milho, feijão e pimenta do reino em pequena escala. As frutas cítricas e as regionais aparecem sem muita expressão, exceto para o consumo externo. Nos dias de hoje, grandes projetos de agricultura mecanizada de grãos estão ocupando a área.

Provida de belezas naturais, as praias, a flora e a fauna são o destaque da cidade, indicando perspectivas para um turismo ecológico que depende de levantamentos mais aprofundados e de treinamento de pessoal.

Sua área de 2.448 km é ocupada por uma população de 14.567 habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2001.

Hoje podemos constatar que o poder público belterrense se encontra permeável e com uma postura propícia para o envolvimento com a sociedade civil, mostrando vontade política para isso e querendo atingir a sustentabilidade necessária para sua sobrevivência.

3. Estratégia de ação para a construção da Agenda 21 da Floresta

O momento atual aponta para uma preocupação do Governo Estadual e das Prefeituras Municipais na consecução de seus compromissos junto à sociedade em geral, e dentre eles, a promoção da construção das Agendas 21 locais.

No entanto, no oeste do Pará, as iniciativas estão sendo tomadas pelas organizações e entidades da sociedade civil organizada, que, através de ações estratégicas, começaram a dar os primeiros passos para a construção da Agenda 21. Daí, a partir da oportunidade de criar estruturas coligadas entre o poder público e essas organizações, foram realizadas as primeiras ações.

O conhecimento (e a compreensão) do significado da Agenda 21 ainda é pequeno e empírico, o que na maioria das vezes pode implicar na disseminação de conceitos nem sempre corretos junto às instituições, e, conseqüentemente, junto à população e à sociedade em geral.

A palavra chave da Agenda 21 é PARCERIA; e atuamos sempre desta maneira, principalmente através do Pólo Regional de Educação Ambiental, e o PSA está estrategicamente inserido no PREA, tendo realizado, ainda em 2001, o primeiro Encontro Regional de Sensibilização para a Construção da Agenda 21, com os membros do PREA, do COMTUMA, com entidades estudantis e representantes das Comunidades Tradicionais da floresta e outras comunidades do planalto.

O ano de 2002 mostrou-se propício para a promoção do debate e o início da construção das Agendas 21 locais dos municípios de Santarém e de Belterra, bem como paradiirigir um esforço no sentido da construção da referida Agenda em âmbito regional, ou seja, nos oito Municípios da região - Santarém, Belterra, Juruti, Aveiro, Alenquer, Monte Alegre, Oriximina e Óbidos. Estes municípios são contemplados com o PGAI (Plano de Gestão Ambiental Integrada) do PPG7, com exceção a Juruti, que foi incluída pelo

interesse demonstrado.

Uma vez que a SECTAM (Secretaria Executiva de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente), através do PEAM (Programa Estadual de Educação Ambiental), vem empreendendo esforços para articular Fóruns de Educação Ambiental nestes municípios, objetiva-se, entre outras coisas, desenvolver estratégias de integração das atividades de Educação Ambiental, promovendo o fortalecimento e o debate sobre as questões ambientais e as práticas sustentáveis de geração de renda.

Até o momento, nesta região foram instalados dois Fóruns Municipais (em Santarém e em Belterra) e criado o Pólo Regional de Educação Ambiental (PREA), que é coordenado por seis instituições – duas ONGs, duas entidades de ensino e duas entidades públicas. O PSA participa como um dos membros desta comissão coordenadora (do segmento ONG).

O PREA iniciou suas atividades pelos municípios de Santarém e Belterra, sendo que as primeiras linhas de trabalho que foram contempladas pelo PREA foram:

- Seminários de sensibilização em diversas entidades (Federação das Associações de Bairros, faculdades públicas e privadas, Conselhos Municipais) em Santarém,
- Agenda 21 e Mostra Aberta de EA - em Santarém,
- Agenda 21 da Floresta I - em Belterra,
- Agenda 21 da Floresta II - Fazenda Acontecer - em Belterra,
- Vídeo-conferência - em Santarém.

Todos os eventos foram coordenados pelo PSA e IPAM, juntamente com outros componentes deste Fórum, o PREA, lembrando que todas as ações são realizadas em parcerias.

Primeiramente foram realizados encontros para elucidar o significado da Agenda 21 e sua importância na construção de um cenário socialmente mais justo, politicamente correto e economicamente sustentável.

Nos seminários realizados nas entidades, nosso objetivo inicial foi o de mobilizar e sensibilizar a sociedade em geral sobre o “compreender da Agenda 21” e a importância desta construção coletiva, procurando com isso estar fortalecendo as comissões locais de meio ambiente e o papel das Ongs e das instituições nesta atividade.

A primeira reunião pública da Agenda 21 da Floresta deu-se na comunidade de Aramanay, congregando as lideranças comunitárias e instituições que atuam na FLONA Tapajós. Na oportunidade realizamos um seminário interinstitucional, composto de duas partes: a primeira com o relato das experiências de Belém, São Luiz e do Instituto ISER do Rio de Janeiro; e a segunda

com o objetivo de ampliar o debate com outras instituições, além de eleger uma comissão da Agenda 21 e identificar novos parceiros para compor o grupo encarregado de iniciar o processo de construção da Agenda. Nesta ocasião decidiu-se a realização de um novo encontro, para que os projetos que vêm sendo desenvolvidos na FLONA venham, junto à população, esclarecer seus objetivos e principais resultados, uma vez que estes são praticamente desconhecidos.

O segundo seminário, “Fazendo Acontecer”, reuniu na sede do município os principais projetos executados na área; e, na oportunidade, seus representantes puderam esclarecer suas finalidades, objetivos e principais resultados disponíveis.

Nesta mesma ocasião, foram identificados novos parceiros, de outros projetos e programas; e junto aos vereadores e à Secretaria de Meio Ambiente e Turismo constatada a necessidade de a câmara dos vereadores sancionar a lei para a criação do Fórum da Agenda 21 local.

No início deste ano, em março de 2003, a Câmara Municipal de Belterra e a Prefeitura Municipal sancionaram a Lei 095/03, que criou o “Fórum 21” com a finalidade de facilitar e integrar as ações necessárias às políticas públicas voltadas para a implementação do desenvolvimento sustentável. Este Fórum deverá contar com a participação dos poderes legislativo e executivo municipal, dos conselhos municipais e de entidades da sociedade civil, igrejas, sindicatos, Ongs, movimentos sociais e ambientalistas, sendo que o Fórum 21 já tem uma comissão da sociedade civil praticamente constituída.

Paralelamente a isso, foi iniciado um estudo, no qual se podem localizar todas as instituições públicas e outras entidades que atuam na região, identificando suas linhas de atuação, visando à criação dos grupos de trabalho que deverão ser formados.

Existem na área outras iniciativas louváveis, como a de elaboração do “Plano de Manejo da Floresta” e a “Comissão de Assuntos Fundiários”, que deverão ser incorporadas ao grupo, procurando agilizar a construção do compromisso com a melhoria e a qualidade de vida.

O PREA Tapajós reúne-se regularmente todas as semanas; e, nestas ocasiões, são definidas as estratégias de ação. Os últimos esforços estão acenando para a elaboração de um projeto visando uma parceria com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), com o objetivo de conseguir recursos financeiros que auxiliem na celeridade do processo.

Por outro lado, o fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Belterra (COMTUMA) se faz necessário, para consolidar a criação do Fórum da Agenda 21. Para tanto, iniciaremos com uma série de

encontros de Planejamento Estratégico no município de Belterra.

Diante do exposto, estamos programando os próximos passos para a eclosão do movimento de consolidação do Fórum da Agenda 21 local, juntando a comissão eleita nos seminários e os membros que serão indicados pelo poder público municipal.

No âmbito do PSA , elencamos, portanto, dois eixos de ação; e entre cada uma destas ações foram realizadas:

3.1 - Principais atividades do primeiro eixo:

- Organização de Oficinas, Seminários e Reuniões Interinstitucionais para a construção da Agenda 21, através das articulações do PREA e/ou COMTUMA e/ou outros, conforme os seguintes temas:
 - Formação de agentes multiplicadores dos municípios (Agenda 21);
 - Compreendendo a sustentabilidade e suas dimensões;
 - Perspectivas do desenvolvimento sustentável na região;
 - Construindo cidades sustentáveis;
 - Traçando diretrizes para a construção de Agendas 21 locais e regional;
 - Participação em eventos interinstitucionais:
 - o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA);
 - o Conselho Consultivo da FLONA Tapajós;
 - o Grupo de Apoio à Resex Tapajós-Arapiuns;
 - o Fórum da Produção Familiar;
 - o Conselhos Municipais (Saúde, Criança e Adolescente, etc);
 - o Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente (COMTUMA);
 - o Pólo Regional de Educação Ambiental (PREA);
 - o Fórum do Lixo e Cidadania;
 - o Fórum da Criança e do Adolescente e outros.

3.2 - Principais atividades do segundo eixo:

- Organização de seminários e oficinas comunitárias para a gestão e o acompanhamento de planos locais de desenvolvimento;
- Visitas de apoio ao associativismo, à organização social e comunitária.
- Apoio ao Conselho Intercomunitário do PSA;

- Apoio à participação de lideranças em eventos interinstitucionais.

4. A relação com a Fundação Konrad Adenauer

A parceria KAS/PSA deu oportunidade para a continuidade da estratégia de apoio nas demandas de cunho político, visando a integração interinstitucional de segmentos governamentais, empresariais, ONGs, órgãos de ensino e comunidades, na busca de soluções e aprimoramento das políticas públicas para a Amazônia.

Diante deste quadro e de um ambiente bastante favorável para a execução junto às comunidades dos programas técnicos – saúde, produção agro-florestal, educação, jovens, mulheres, geração de renda, crianças e escolas – as perspectivas do Convênio KAS/PSA para 2002 foram orientadas para metas de cunho político, envolvendo os dois eixos prioritários que foram assim nomeados:

- 1) **Gestão Interinstitucional, Articulações Interinstitucionais e Políticas Públicas** - contemplando as demandas de articulação interinstitucional e tendo como principais objetivos: (i) início da construção das Agendas 21 locais de Santarém e Belterra através do envolvimento com o PREA e COMTUMA; (ii) fortalecimento da participação do PSA junto aos fóruns, conselhos e outras instâncias de formulação de políticas, estratégias e soluções para as questões amazônicas.
- 2) **Gestão e Organização Comunitária/Educação para Cidadania**: contemplando as demandas de articulação intercomunitária das localidades beneficiadas pelo PSA, e tendo como principais objetivos: (i) capacitação de lideranças locais para fortalecer a participação da população tradicional da Amazônia junto aos espaços disponibilizados pelo próprio subprograma “Gestão Interinstitucional, Articulações Interinstitucionais e Políticas Públicas”; (ii) fortalecimento dos mecanismos de gestão participativa do modelo de desenvolvimento sustentável e integrado do PSA pela população através do *Conselho Intercomunitário*.

Além disso podemos ainda ampliar nossos objetivos. Entre outras atividades, pretendemos realizar eventos que terão temas adicionais, como:

- A experiência do Amapá (ciclo de debates e exposição sobre o PDSA - Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá);
- Agenda 21: Aprendendo com outras Experiências (com a participação de representantes de Belém, São Luiz, Macapá e Natal) - já realizado;
- Efeitos da sinergia entre poder público e sociedade civil organizada;
- Cooperação internacional e Agenda 21;
- O papel das comissões de meio ambiente municipais e seu trabalho conjunto;
- Dimensão política para o desenvolvimento sustentável: obstáculos e desafios.

5. Articulações Interinstitucionais do PSA

O programa de implantação da Agenda 21, como já foi dito, tem com palavra-chave PARCERIAS; e, desse modo, as articulações interinstitucionais são de fundamental importância para a sua concretização. Citamos a seguir as articulações que estão consolidadas:

- **PREA – Pólo Regional de Educação Ambiental** – capitaneado pela SECTAM (Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará) e baseado no PEAM (Programa Estadual de Educação Ambiental), abrange oito municípios do Médio Amazonas, através da articulação entre os respectivos fóruns municipais, envolvendo entidades governamentais, ONGs e órgãos de ensino no desenvolvimento de estratégias de integração de atividades e na promoção dos debates e das políticas sobre as questões ambientais e práticas sustentáveis de geração de renda. O PSA ocupa atualmente a coordenação do PREA, também composta por mais cinco entidades (duas públicas, duas de ensino e uma ONG).
- **COMTUMA – Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Santarém** – congrega entidades governamentais, não-governamentais, privadas e de ensino que atuam na área de meio ambiente e turismo, no sentido de acompanhar a execução das respectivas políticas públicas no município.
- **GTA – Grupo de Trabalho Amazônico** – composto por mais de 300 ONGs, vem fortalecendo a participação da sociedade civil na formulação de propostas, projetos e políticas públicas para o desenvolvimento da Amazônia. O PSA é sócio fundador, já tendo ocupado por duas vezes a vice-presidência nacional e por três vezes a Secretaria

Regional do Baixo e Médio Amazonas.

- **Conselho Intercomunitário** – órgão que representa as 31 comunidades trabalhadas pelo PSA, criado em 1992 e legalizado desde 1998. Tem como objetivo co-gestionar, em parceria com o PSA, a implementação de projetos, visando implantar um modelo de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável.
- **Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Tapajós – FLONA** – antigo Grupo Gestor da FLONA, é composto por representantes das comunidades residentes, entidades governamentais e ONGs da região, e vem contribuindo na execução do projeto de “Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia”, entre PPG7 e Governo Brasileiro, que elegeu a FLONA do Tapajós como área modelo para projetos comunitários de utilização dos recursos naturais e programas de educação ambiental, vigilância e monitoramento.
- **Grupo de Apoio à Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiuns** – composto por representantes das comunidades residentes, entidades governamentais e ONGs da região; vem contribuindo na gestão, consolidação e implementação de projetos para esta unidade de conservação.
- **Fórum da Produção Familiar** – composto por associações comunitárias e entidades locais públicas e privadas, tem como objetivo contribuir na formulação de políticas para a produção familiar, bem como executar ações integradas para a capacitação do pequeno produtor e fomento à verticalização da produção.
- **Conselhos Municipais de Saúde de Santarém e Belterra** – congrega entidades que atuam na área da saúde, usuários do sistema público e representantes de classe e da sociedade civil, no sentido de acompanhar a execução das políticas públicas de saúde nos respectivos municípios.
- **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente** – congrega diversos órgãos do governo e da sociedade civil que desenvolvem atividades voltadas para a criança e o adolescente. A sua função principal é fazer cumprir os direitos conquistados através do *Estatuto da Criança e do Adolescente*.
- **Conselho Municipal de Assistência Social** – congrega diversas entidades que prestam serviço na área de assistência e promoção social.
- **Comitê de Reabilitação Baseado na Comunidade (CBR)** – apoiado pela Organização Mundial de Saúde (no Brasil, com experiências-

piloto em Salvador e Santarém), é composto por entidades sociais e assistenciais para desenvolver ações e estratégias conjuntas de integração de excluídos e marginalizados (portadores de deficiência, dependentes de drogas, meninos de rua, etc.).

- **Rede de Educação pela Comunicação (REDUCOM)** – capitaneada pelo Instituto Ayrton Senna, congrega 15 entidades de todo o País que desenvolvem projetos na área de educação pela comunicação e políticas públicas.
- **Rádio Comunitária Muiraquitã** – criada por ONGs locais, tem a finalidade de implantar uma emissora de rádio FM de baixa potência, de caráter comunitário, com programação voltada para as questões sociais, conteúdos educativos e valorização da cultura local (em fase de licenciamento pela ANATEL).
- **Rede de Energia Renováveis** – coordenada pela Winrock International, congrega entidades da região amazônica e tem a finalidade de difundir a utilização de fontes de energia “limpa”, testar aplicações, proporcionar o acesso a comunidades isoladas e aprimorar as políticas públicas pertinentes a este tema.

Finalmente, colocamos à disposição dos interessados os relatórios referentes às ações citadas e aos seminários. Os contatos podem ser feitos através dos seguintes endereços: www.saudeealegria.org.br ou magnolio@saudeealegria.org.br, ou Travessa D. Amando 697, Bairro Santa Clara, Santarém-PA, Cep 68.005-420.

Anexos

■ **Agenda 21 local** experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil

CARTA DE MARANGUAPE

Prefeitos, vice-prefeitos, produtores rurais, professores, parlamentares, ambientalistas, técnicos, profissionais, trabalhadores e representantes de organizações governamentais e não governamentais e todos os participantes do Seminário Internacional “Incentivos para Agenda 21 Local no Ceará”, realizado em Maranguape/CE, nos dias 17 e 18 de março de 2003, assim se manifestaram:

A implementação de políticas para o alcance da sustentabilidade depende diretamente da construção de parcerias entre autoridades locais e os outros setores da sociedade. Os municípios são chamados a atuar mais fortemente, de maneira transparente e autônoma, buscando a efetiva cooperação com os estados e a União, superando os vínculos de clientelismo e dependência. Condição indispensável para a Agenda 21 Local é a mudança de atitude e postura do governo e da sociedade, orientados pelo conceito da sustentabilidade.

A participação da população é fundamental para o planejamento e a implementação da Agenda 21 local. Todos precisam colaborar para estabelecer padrões de vida sustentáveis. O sucesso da Agenda 21 Local depende da colaboração dos parceiros comprometidos. A Agenda 21 é um exercício de cidadania, que exige tolerância, compreensão, abertura e arrojo político de todos os participantes. Tolerância é o sentimento que os participantes deste Seminário em Maranguape desejam ver nas ações dos líderes mundiais na busca da paz entre os povos.

Recomendações:

Inclusão Social (Programa Fome Zero)

A inclusão Social se dá no processo de construção da cidadania organizada, a partir do fortalecimento da identidade cultural, promovendo os núcleos de potencialização capazes de gerar um desenvolvimento sustentável que respeite as necessidades humanas atuais e das futuras gerações. Para isso, se faz necessária a implantação de políticas públicas estruturais, específicas e locais, de modo que o combate à pobreza política esteja além do combate à pobreza material. A verdadeira emancipação se concretiza quando o ser humano é capaz de construir sua própria história e sobretudo da coletividade.

Incentivos

É necessário conhecimento para gerar conscientização. Depois, compromisso, pois, sem compromisso político não é possível promover qualquer projeto. Por último, é preciso haver investimentos e, com bons projetos, é possível conseguir recursos, que podem advir de financiamentos e os créditos especiais, em nível nacional e internacional. Pois a implementação da Agenda 21 Local pressupõe dificuldades, como a ausência de uma educação política, sensibilidade do poder público e da sociedade, assim como de uma legislação compatível nos municípios, descrença do povo e falta de financiamento.

O papel das ONGs

Em muito as ONGs podem contribuir na elaboração e na implementação da Agenda 21 Local, com aspectos positivos marcantes, desde sua personalidade jurídica e flexibilidade gerencial, facilidades de articulação com os mais diversos atores sociais e fatores ligados a representatividade, legitimidade e credibilidade. Viabilizando com mais agilidade parcerias e identificando alternativas e acessos à variadas fontes de recursos, as Ongs serão de vital importância na formatação e promoção das seguintes ações: realização de seminários localizados, de sensibilização e mobilização, identificando segmentos e cadeias produtivas específicas; elaboração de projetos de desenvolvimento para Inclusão Social; cursos de capacitação continuada, com processos de construção coletivos; campanhas de comunicação e divulgação; realização de um levantamento/cadastro de ONGs; implantação de metodologia de trabalho; realização de diagnósticos participativos; e identificação de parcerias e elaboração de projetos.

Análise de Impactos Ambientais

O meio ambiente entendido como base de sustentação para a vida e para o desenvolvimento sustentável deve ser priorizado no estabelecimento das políticas públicas integradas e a melhor análise ambiental é empregar os instrumentos científicos, tecnológicos e participativos, permitindo a ação efetiva dos diversos atores sociais. Esses instrumentos não devem levar em consideração apenas os problemas já instalados, mas permitem mecanismos de promoção da educação ambiental e prevenção. A priorização do meio ambiente na Agenda 21 Local deve ser da co-responsabilidade de todos os níveis de Governo, da sociedade civil e dos setores econômicos e produtivos.

Mobilização e estratégias para iniciar a Agenda 21 Local

Considerando que os municípios têm um sistema de produção e organização social, tradições e costumes que, conforme uma identidade local, é dotado de uma força capaz de alavancar um processo de mobilização da sociedade em prol do desenvolvimento sustentável, e partindo das experiências e iniciativas existentes (públicas e privadas), pode-se resgatar valores e resultados, visando a superação de problemas históricos, estruturais e culturais, para construir coletivamente a Agenda 21 Local. E assim, realizar os sonhos, os projetos individuais, as esperanças voltadas para um projeto de desenvolvimento que privilegie o bem estar e a felicidade de todos.

Estratégias para o Desenvolvimento Local

A abordagem da Agenda 21 Local exige uma sensibilização e mobilização da comunidade para formar parcerias (união e solidariedade) onde fiquem implícitos o compromisso e a responsabilidade com o processo. Deve conter uma visão holística, transversal e intersetorial construída através da mediação comunitária. É imprescindível o levantamento dos indicadores específicos e das diversas potencialidades, fruto da troca de experiências, sempre fazendo uso de metodologias participativas, empregando estratégias criativas de comunicação. Os agentes multiplicadores devem ser capacitados e serem possuidores de auto-estima identidade e sentimento de pertinência. O produto deve ser um planejamento estratégico onde estejam asseguradas as condições para a sua execução.

■ **Agenda 21 local** experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil

Resultados das oficinas

17 de março
data que vai marcar
pois Maranguape recebe
município a participar
do seminário internacional
para sua agenda formar

Sensibilizar e mobilizar
É um trabalho a começar
Criando grandes parcerias
Para a vida melhorar
Com responsabilidades
Para a agenda funcionar

Com a troca de saberes
Nesse encontro meu irmão
Vamos juntos construir
Uma agenda solução
Vivendo todos juntos
Em perfeita comunhão

Na Agenda 21
Devemos efetuar
Um planejamento estratégico

Os problemas identificar
E a partir do local
Saber universalizar
Dessa forma então
Nossa vida melhorar

Na Agenda 21 local
A opinião de cada um
Estrategicamente planejada
Tem execução assegurada
Tem um valor incomum
É so esperar o “bum”

Desenvolvimento local
Sai bom toda minha gente
Tem-se a Agenda 21
É o povo mais consciente
Trabalhado o bem comum
E perservando o ambiente

Oficina: Agenda 21 e Inclusão social/Programa fome zero

Facilitadora: Isabel Lopes

Relatora: Virgínia Adélia Carvalho

A inclusão social se dá no processo de construção da cidadania organizada, a partir do fortalecimento da identidade cultural, promovendo os núcleos de potencialização humana capazes de gerar um desenvolvimento sustentável que respeite as necessidades humanas atuais e das futuras gerações.

Para uma efetiva inclusão social se faz necessário a implantação de políticas públicas estruturais, específicos e locais, de modo que o combate à pobreza política esteja além do combate à pobreza material. A verdadeira emancipação se concretiza quando o ser humano é capaz de construir sua própria história e sobretudo da coletividade.

Oficina: Incentivos para a elaboração da Agenda 21

Facilitador: Antônio Carlos Brasiliense

Relator: Artur Pinheiro

No processo da elaboração da Agenda 21 todos tem que estar envolvidos, não pode haver exclusão ou omissão, pois isto ocorrendo não haverá participação coletiva. Todas as pessoas têm algo a aprender e algo a ensinar e isto dever ser socializado pois a partir do conhecimento das potencialidades e das necessidades dos diversos atores a comunidade encontra a solução para suas demandas.

O ato de sentar para conversar sobre a comunidade é um ato de alquimia, de transformação individual e coletiva, onde a comunhão dos saberes coletivos dá o sabor da agenda 21 local.

Oficina: Instrumentos para análise de impactos ambientais

Facilitadora: Flávia Mochel

Relatora: Leni Nobre Leal

O meio ambiente entendido como base de sustentação para a vida e para o desenvolvimento sustentável deve ser priorizado no estabelecimento das políticas públicas integradas e, na melhor análise ambiental é quando empregamos os instrumentos científicos, tecnológicos e participativos.

O método participativo de análise de impactos ambientais são instrumentos democráticos por permitirem a ação efetiva dos diversos atores sociais. Esses instrumentos não devem levar em consideração apenas os problemas já instalados mas, pertinem mecanismos de promoção da Educação ambiental e preservação.

A priorização do meio ambiente na Agenda 21 do Estado do Ceará dever ser da co-responsabilidade de todos os níveis de governo, da sociedade civil e dos setores econômicos e produtivos.

Oficina: Desenvolvimento Local/Agenda 21, abordagem estratégica

Facilitador: Paulo Roberto Sposito (Magnólio)

Relatora: Graça Timbó

A abordagem da Agenda 21 exige uma sensibilização e mobilização de comunidade para formar parcerias (união e solidariedade) onde fiquem implícitos o compromisso e a responsabilidade com o processo. Deve conter uma visão holística, transversal e intersetorial construída através de mediação comunitária. É imprescindível o levantamento dos indicadores específicos e das diversas potencialidades, fruto da troca de experiências, sempre fazendo uso de metodologias participativas empregando estratégias criativas de comunicação. Os agentes multiplicadores devem ser capacitados e serem possuidores de auto estima, identidade e sentimento de persistência. O produto deve ser um planejamento estratégico onde estejam asseguradas as condições para a sua execução.

Publicações anteriores tema sustentabilidade:

Oficina municipal, Apostila n° 2
Desenvolvimento sustentável e Agenda 21: Guia para Sociedade Civil,
Municípios e Empresas
São Paulo, 2002

Série debates N° 24
Água e desenvolvimento sustentável
Fortaleza, 2002

Série debates N° 25
Rio + 10 = Joanesburgo - Rumos para o desenvolvimento sustentável
Fortaleza, 2002

Cadernos Adenauer Ano III 2002, N° 5
O Nordeste à procura da sustentabilidade,
Rio de Janeiro, 2002

Nizomar Falcão Bezerra
Espírito das Águas
Progresso e Harmonia Social
Fortaleza, 2002

Quanto vale a Caatinga?
Fortaleza, 2002

Participação popular no orçamento público
Fortaleza, 2003

Legislação dos Recursos Hídricos do Nordeste do Brasil
Gestão do Meio Ambiente
Fortaleza, 2003

■ **Agenda 21 local** experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil